



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA

CAMPUS RIO DO SUL

Dezembro/2023



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

ANDRE KUHN RAUPP

DIRETOR GERAL DO CAMPUS RIO DO SUL

ISABEL CRISTINA MULLER

DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

JONAS DA SILVA DOGE

COORDENADOR GERAL DE ENSINO

ROGÉRIO SOUSA PIRES

COORDENADOR DO CURSO



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PPC

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC/2022

FRANCISLÉIA GIACOBBO DOS SANTOS

MOACIR GUBERT TAVARES

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

ROGÉRIO SOUZA PIRES

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA HOELLER

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC/2018

AMAURI CARBONI BITENCOURT

BRUNA DONATO RECHE

FRANCISLÉIA GIACOBBO DOS SANTOS

MOACIR GUBERT TAVARES

MORGANA SCHELLER

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA HOELLER

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC/2017

AMAURI CARBONI BITENCOURT

BRUNA DONATO RECHE

FRANCISLÉIA GIACOBBO DOS SANTOS

KATIA REGINA KOERICH FRONZA

MOACIR GUBERT TAVARES

NAKITA ANI GUCKERT MARQUEZ

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

ROGÉRIO SOUSA PIRES

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA HOELLER

TATIANA PIRES ESCOBAR



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC/2016

AMAURI CARBONI BITENCOURT

KATIA REGINA KOERICH FRONZA

MOACIR GUBERT TAVARES

ROGÉRIO SOUSA PIRES

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA HOELLER

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC/2015

ADRIANA MARIN

AMAURI CARBONI BITENCOURT

LUIS FERNANDO NAZARI

MARINES DIAS GONÇALVES

MOACIR GUBERT TAVARES

OTÁVIO BOCHECO

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA HOELLER



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	7
2	IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	8
3	CONTEXTO EDUCACIONAL	11
3.1	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – <i>CAMPUS</i>	11
3.2	JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	14
3.3	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	20
4	OBJETIVOS DO CURSO	23
4.1	OBJETIVO GERAL	23
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
4.3	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	24
5	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	25
5.1	POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO	25
5.2	POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE	39
5.2.1	Assistência Estudantil	39
5.3	POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	41
5.3.1	Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	41
5.3.2	Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	41
5.4	ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	43
6	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	43
6.1	PERFIL DO EGRESSO	43
6.2	CAMPO DE ATUAÇÃO	46
6.3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	46
6.3.1	Relação Teoria e Prática	50
6.3.2	Prática Profissional	51
6.3.3	Prática como Componente Curricular	52



Ministério da Educação	
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC	
6.3.4 Interdisciplinaridade	54
6.3.5 Educação Ambiental	57
6.3.6 Educação Étnico-Racial	57
6.3.7 Direitos Humanos	58
6.4 MATRIZES CURRICULARES	58
6.4.1. Matriz curricular para os ingressantes até 2022	58
6.4.2 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023	62
6.4.3 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos	66
6.5 CARGA HORÁRIA TOTAL E TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	66
6.5.1 Tempo Máximo de Integralização do Curso	66
7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	67
7.1 AÇÕES DE EXTENSÃO	68
7.2 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA	71
7.3 LINHAS DE PESQUISA	73
7.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES	74
7.5 ATIVIDADES DE MONITORIA	75
7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	76
7.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	78
7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	78
7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório	81
8 AVALIAÇÃO	82
8.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	82
8.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	84
8.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	85
8.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER	86
8.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	87



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

9 EMENTÁRIO	88
9.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	88
9.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	126
10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	131
10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE	131
10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	132
10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	133
10.4 COLEGIADO DE CURSO	135
10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL	136
10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	139
11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	139
11.1 BIBLIOTECA	140
11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS	144
11.3 ACESSIBILIDADE	147
11.4 REMATRÍCULA E AJUSTE DE MATRÍCULA	150
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
13 REFERÊNCIAS	153
14 APÊNDICES	157
APÊNDICE A – REGULAMENTO DAS PPCs, DAS PPEs E DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA	157
APÊNDICE B – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE PEDAGOGIA	182
APÊNDICE C – TABELA DE EQUIVALÊNCIA	192



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, Ensino Médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana e de uma Unidade Tecnológica, ambas em Rio do Sul, e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Pedagogia
COORDENADOR	Nome: Rogério Sousa Pires SIAPE: 2.253.759 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Doutorado em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: rogerio.pires@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Nome: Francisléia Giacobbo dos Santos SIAPE: 2.336.610 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Mestra em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: francisleia.santos@ifc.edu.br
	Nome: Moacir Gubert Tavares SIAPE: 2332708 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Doutor em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: moacir.tavares@ifc.edu.br
	Nome: Patrícia da Costa Sabino SIAPE: 1.028.296 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Mestra em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: patricia.sabino@ifc.edu.br
	Nome: Rogério Sousa Pires SIAPE: 2.253.759 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Doutor em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: rogerio.pires@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Nome: Solange Aparecida de Oliveira Hoeller SIAPE: 1.843.283 Regime de trabalho: 40h (Dedicação Exclusiva) Titulação: Doutora em Educação Telefone: 47 – 3535 8600 E-mail: solange.hoeller@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Licenciado
TITULAÇÃO	Pedagogia
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul – Unidade Urbana Endereço: Rua Abraham Lincoln, 210, – Bairro Jardim América – 89160-000 Telefone/Fax: (47) 3525 - 8600 E-mail de contato: pedagogia.grad.riodosul@ifc.edu.br Site da unidade: http://www.ifc-riodosul.edu.br Site do Curso: https://www.ifc-riodosul.edu.br/site/pedagogia/
TURNO	Noturno (com previsão de aulas e atividades diurnas, inclusive aos sábados, em acordo com calendário acadêmico e atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e PCC – Prática como Componente Curricular).
NÚMERO DE VAGAS	40
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Núcleo de Formação Geral (Núcleo I): 840h Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II): 1.755h Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III): - Carga horária de Prática como componente Curricular (PCC): 405h - Carga horária de Estágio Curricular Obrigatório: 405h Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV): 200h de Atividades Complementares Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa: 330h Carga horária total do curso: 3.290h
PERIODICIDADE DE OFERTA	Oferta anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	08 semestres



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução de aprovação do CONSUPER, n. 008/2016, que dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – Campus Rio do Sul. (IFC, 2016)
<p>Legislações vigentes para o curso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;• Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003.• Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.• Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.• Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;• Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;• Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004.• Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;• Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017.• Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – SINAES e ENADE: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.• Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.• Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.• Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.• Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010.• Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019.• Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.• Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC.• Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.• Parecer do CNE/CP nº: 5/2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia• Parecer do CNE/CP nº: 3/2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

- Documento que trata da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2022).

3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – *CAMPUS*

O Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A trajetória formativa do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais com cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – lato e stricto sensu. O IFC possui atualmente 15 *campi* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria instalada na cidade de Blumenau, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Abrangência Institucional



Fonte: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã. Consoante tal concepção, o processo de gestão democrática se consolida no IFC por meio da prática da gestão institucional integrada, materializada por vias da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, aos órgãos colegiados, núcleos, comitês e às comissões específicas.

O acompanhamento aos estudantes, no IFC, é fomentado pela Política de Atendimento aos discentes, com estratégias para acesso, permanência e êxito na aprendizagem. São desenvolvidos programas e ações diretamente nos campi, por equipe multiprofissional composta por docentes e profissionais das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Medicina, entre outras. Inúmeras atividades e programas compõem a Política de Atendimento aos Discentes, ofertados conforme particularidades dos campi: a) Programa de Assistência Estudantil (PAE); b) Moradia Estudantil; c) Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva; d) Alimentação Escolar; e) Cultura, Esporte e Lazer; f) Organização e Movimentos Estudantis; g) Inclusão e Diversidade; h) Atendimento Educacional Especializado; i) Permanência e Êxito.

O Instituto Federal Catarinense, em consonância com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, reconhece a importância do desenvolvimento de seus servidores como requisito para cumprir a missão relacionada à transformação do cenário regional em benefício da sociedade. Tal reconhecimento sugere não apenas a relevância de um Plano de Desenvolvimento de Pessoal, mas também o estabelecimento da capacitação como uma meta prioritária de gestão. Ainda no que diz respeito aos servidores, o IFC conta com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A missão do Instituto Federal Catarinense, encontrada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023, constitui um ponto de partida para a avaliação da responsabilidade que a instituição tem para com a sociedade. Ela é um esforço coletivo para sintetizar em uma expressão o que a sociedade espera como resultado dessa instituição de ensino.

A sede do *Campus* Rio do Sul está localizada na Estrada do Redentor, nº 5665, no município de Rio do Sul/SC. O *Campus* possui ainda outras duas unidades: Unidade Urbana, localizada na Rua Abraham Lincoln, nº 210, no bairro Jardim América, e Unidade Tecnológica, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, nº 93, no bairro Progresso, na região do Vale do Itajaí. O Curso de Pedagogia relativo a este PPC está alocado na unidade urbana do *Campus* Rio do Sul (SC).

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado. Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau (ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995.

A partir da lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008), a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul se torna *Campus* Rio do Sul. Além da unidade sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o *Campus* Rio do Sul possui uma unidade urbana, localizada na região central de Rio do Sul.

A partir do ano de 2017, por meio da Lei Estadual 17/415/2017, o *Campus* Rio do Sul recebe do Governo do Estado de SC a cessão de uso, por 20 anos, do antigo CEDUP (Centro de Educação Profissional), contendo um edifício escolar com 3.000 m² de área construída, equipado, bem como o terreno de 10.000 m², permitindo a oferta de cursos na área industrial e oportunizando a expansão de novos cursos nessas áreas. De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao *Campus* Rio do Sul é “IF Campus – 90/70 Agrícola”. A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Controles e Processos Industriais, Infraestrutura, Segurança, Produção Industrial e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Por ocasião da criação do curso de Pedagogia do IFC - *campus* Rio do Sul, em 2016, a Educação Básica enfrentava grandes desafios em relação ao fomento de propostas pedagógicas que se apresentassem em consonância com as demandas sociais emergentes à época. Viviam-se um tempo de mudanças que nem sempre eram retratadas no contexto escolar. Tais transformações exigiam a formação de profissionais em Pedagogia possuidores de conhecimentos, habilidades e competências que lhes permitissem inserção no mundo contemporâneo, como docentes, pesquisadores e gestores de processos pedagógicos que envolvessem crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências, listou dentre os objetivos que cabem a estas instituições “ministrar [cursos] em nível de educação superior”, prevendo “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”. Definiu também que deverá comprometer-se com, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do Artigo 7º que se refere a oferta de cursos de licenciatura.

A realidade espelhada à época no Censo Interno do IFC (referente à dezembro de 2014) indicava que o atendimento ao percentual mínimo especificado no art. 7º da Lei nº 11.892 não vinha sendo atendido, conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Quantitativos de vagas oferecidas pelo IFC, por categoria, em atendimento à Lei nº 11.892 e Decreto nº 5.840/2006

Categoria	Total de vagas ofertadas	%
Técnicos	13.536	58,5
Formação de Professores	2.044	8,8
PROEJA	230	1,0
Outros – Pós-graduação, Tecnologias, Bacharelados, FIC, CERTIFIC, Mulheres Mil	7316	31,6

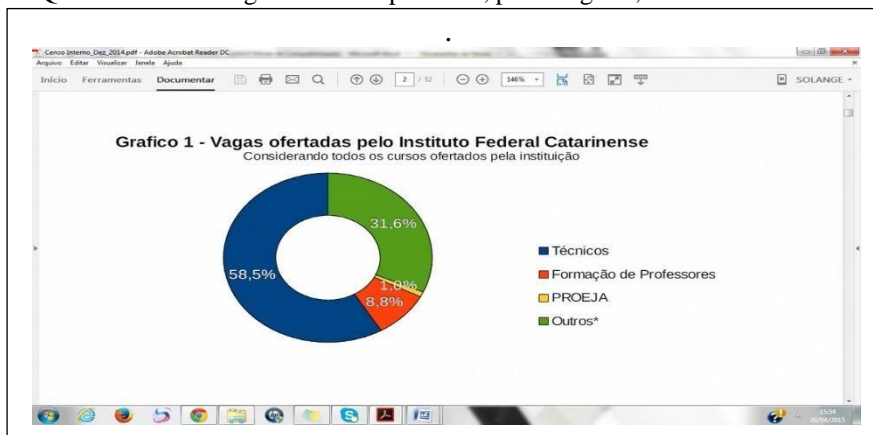
Fonte: Instituto Federal Catarinense (2014).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

As informações do Quadro 1 também foram apresentadas sob a forma de gráfico, para melhor visualização (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Quantitativos de vagas ofertadas pelo IFC, por categoria, em atendimento à Lei nº 11.892



Fonte: Instituto Federal Catarinense (2014).

Um estudo exploratório sobre as características do professor brasileiro (com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007) dava conta à época da criação do curso de que em relação às outras etapas de ensino, a Educação Infantil apresentava o percentual mais elevado de professores sem formação ou habilitação legal para o exercício da docência, tomando-se como referência o cenário brasileiro naquele período:

Nas creches brasileiras atuam 95.643 professores, 82,2% dos quais têm a formação requerida pela atual legislação para o exercício do magistério: 45% apresentam o magistério na modalidade Normal e 37,2% possuem nível superior com licenciatura. Do restante dos professores, 4,9% possuem nível superior sem licenciatura, 9,9% nível médio e 3,0% nível fundamental, o que representa, em relação às outras etapas de ensino, o percentual mais elevado de professores sem formação ou habilitação legal para o exercício da docência. Além disso, dentre os docentes desta etapa de ensino, apenas 11,8% possuem curso específico de formação continuada para atuar em creche (INEP, 2009, p. 33).

Análises posteriores revelaram que, de acordo com a versão preliminar do Plano Estadual de Educação 2015/2024 (SANTA CATARINA, 2014), havia o reconhecimento de que o Ministério da Educação (MEC) procurou implantar programas para oportunizar formação aos professores sem habilitação na área de atuação ou sem curso superior por intermédio do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído em 2009. Em decorrência desta ação, nos anos de 2011 e 2012, Santa Catarina apresentou aumento significativo no total de docentes com curso superior completo. “No entanto, em 2013 apresentou ligeira queda com relação a 2012, indicando a necessidade de maior mobilização e incentivo a estes docentes para acessarem e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

concluírem seus estudos” (SANTA CATARINA, 2014, p. 72).

A Tabela 1, por exemplo, demonstrava um aumento de 14,87% no número de docentes atuando na Educação Básica, nas redes pública e privada, em 2013 com relação a 2007. “Contudo, o percentual de docentes com ensino superior completo (não necessariamente na área em que atuam), neste mesmo período, não aumentou na mesma proporção, embora tenha havido avanço em valores absolutos” (SANTA CATARINA, 2014, p. 71).

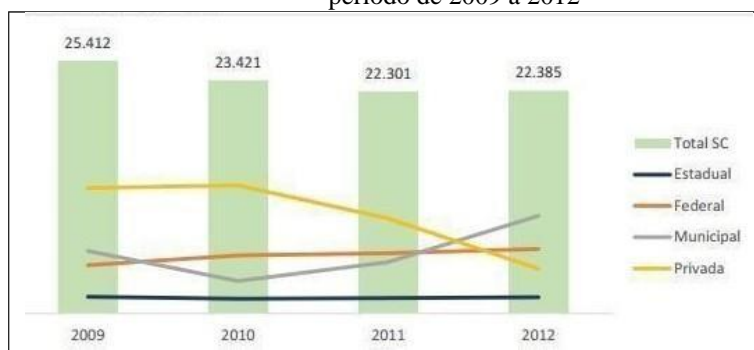
Tabela 1 – Docentes na Educação Básica por grau de escolaridade – SC – 2007 a 2013

Ano	Total de professores	Escolaridade				Percentual de Docentes com Ensino Superior (%)
		Ensino Fundamental	Ensino Médio		Ensino Superior	
			Normal/Magistério	Ensino Médio		
2007	65 726	520	6 981	4 818	53 407	81,26
2008	67 713	455	6 593	6 613	54 052	79,83
2009	65 798	387	6 376	6 970	52 065	79,13
2010	66 607	397	6 135	7 967	52 108	78,23
2011	69 421	329	5 644	6 394	57 054	82,19
2012	73 008	239	5 159	6 827	60 783	83,26
2013	75 500	155	4 120	11 268	59 957	79,41

Fonte: MEC/INEP (2014).

O cenário observado em 2014 coincidia com as informações obtidas nos estudos de viabilidade de criação do Curso de Pedagogia, segundo as quais Santa Catarina mantinha uma média anual de 80,5% de docentes na Educação Básica com curso superior e se percebia também que havia em torno de 20% que ainda não possuíam graduação (SANTA CATARINA, 2014).

Gráfico 2 - Evolução das matrículas em cursos de licenciatura, por dependência administrativa, em Santa Catarina, no período de 2009 a 2012





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Fonte: MEC/INEP/CENSO (2014).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2014, Santa Catarina possuía cerca de 62.191 professores de Educação Básica. Destes, ainda 8.772 não apresentavam formação na modalidade de licenciatura, somando 14% dos professores que lecionavam nas escolas de Santa Catarina sem curso de licenciatura (INEP, 2014).

Em 2015, na região da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) – abrangência do *campus* Rio do Sul – que integra 28 municípios, também se percebia a carência de cursos de formação de professores oferecidos na modalidade presencial e gratuito. A oferta de Curso de Licenciatura em Pedagogia nesta modalidade era inexistente na região da AMAVI. Sendo assim, o curso oferecido pelo *campus* Rio do Sul veio a suprir esta necessidade.

Diante da manifestação da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul para que o IFC – *campus* Rio do Sul – oferecesse a licenciatura em Pedagogia, solicitou-se à AMAVI informações sobre a realidade educacional da região e o retorno foi um relatório preliminar no qual foi possível apurar que havia profissionais atuando na educação sem formação pedagógica. Segundo o relatório, havia à época um total de 124 profissionais atuando nos 28 municípios pertencentes a AMAVI (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) que não possuíam formação em Pedagogia.

Também foi solicitado à AMAVI a colaboração para encaminhar ofício de intenções (por meio de um questionário¹) de abertura do curso de Pedagogia a esses 28 municípios, para identificar a realidade e interesse dos demais municípios.

Porém, transcorridos sete anos da sua criação até o presente momento, torna-se necessária uma reanálise do cenário educacional do país e da região em que o curso está inserido, de modo que se possa justificar a sua continuidade.

¹ O questionário foi composto das seguintes questões: Há cursos de pedagogia em seu município? Em caso afirmativo: com que características (presencial, a distância, pago, gratuito)? Você acredita que em seu município haja pessoas interessadas em cursar Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, noturna, gratuita, oferecida pelo IFC na cidade de Rio do Sul? Seu município tem por prática oferecer transporte escolar no período noturno para alunos que estudam em outros municípios?



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A primeira constatação a que se chega, quando se observa os dados do Censo da Educação Básica publicados pelo INEP em 2022 (INEP, 2022, p. 40), é a de que houve um incremento do percentual de professores com grau acadêmico obtido em cursos de licenciatura. Na Educação Infantil, este indicador passou de 65,9% em 2017 para 78,1% em 2021. Igualmente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi possível observar uma variação positiva, mediante a oscilação de 74,4% em 2017 para 83,4% em 2021. Por outro lado, apesar de todo o esforço materializado nas políticas públicas implementadas no período, ainda existem professores formados em cursos de bacharelado ou em cursos de nível médio Normal/Magistério atuando nestas etapas da Educação Básica, em todo o Brasil. Este cenário revela a necessidade de manutenção e fortalecimento de ações governamentais voltadas à oferta de cursos de licenciatura, de modo geral, e de Pedagogia, particularmente, tendo em vista a atuação direta do pedagogo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 2 – Percentual de docentes que atuaram na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental conforme a escolaridade - Brasil, 2017-2021

Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
Superior completo bacharelado	Médio Normal/Magistério	Superior completo bacharelado	Médio Normal/Magistério
1,2% (2017) 2,2% (2021)	18,1% (2017) 12,3% (2021)	1,8% (2017) 3,0% (2021)	12,9% (2017) 9,2% (2021)

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2022a).

Pode-se constatar, com base na Tabela 2, um incremento discreto de docentes que se graduaram em cursos de bacharelado e que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em contrapartida, houve uma redução do percentual de profissionais que atuam nestas etapas escolares e que tinham formação em nível médio (Normal ou Magistério).

Quando se considera um recorte contendo exclusivamente dados de Santa Catarina, é possível perceber uma tendência semelhante à observada no cenário nacional. No que diz respeito aos docentes que atuaram na Educação Infantil, constata-se um incremento de profissionais graduados em cursos de licenciatura: 74,9% em 2017 frente a 87,5% em 2021. O mesmo ocorreu com os professores que atuaram nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 82,8% em 2017, enquanto no ano de 2021 esse



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

percentual foi de 89,9%. Quanto aos profissionais que obtiveram a sua formação em cursos de nível médio (Normal ou Magistério) ou em bacharelados, os dados estão disponibilizados na Tabela 3.

Tabela 3 – Docentes na Educação Básica por grau de escolaridade – SC – 2017 a 2021

Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
Superior completo bacharelado	Médio Normal/Magistério	Superior completo bacharelado	Médio Normal/Magistério
1,6% (2017) 3,0% (2021)	6,9% (2017) 5,0% (2021)	2,9% (2017) 4,0% (2021)	3,1% (2017) 2,4% (2021)

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2022b).

Conforme os dados da Tabela 3, em ambas as etapas os percentuais de docentes formados em nível médio (Normal ou Magistério) segue uma tendência de queda. Por outro lado, assim como verificou-se no cenário nacional, em Santa Catarina também percebeu-se um ligeiro aumento de docentes graduados em cursos de bacharelado, tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa constatação reforça a necessidade de oferta de cursos de Pedagogia no estado catarinense com vistas à qualificação dos profissionais que exercem a docência nestas duas etapas, em especial.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do IFC - *campus* Rio do Sul foi aprovado pela Resolução do Consuper/IFC n° 008/2016. Conforme mencionado anteriormente, o início das atividades letivas ocorreu também em 2016, mediante a primeira oferta do curso.

Em 2017, o PPC foi reformulado, considerando a Resolução do CNE/CP 02/2015, resolução interna do IFC para os Cursos de Licenciaturas e o eixo unificado entre os Cursos de Licenciatura em Pedagogia da instituição.

Em 2021 foram realizados encontros entre os cursos de mesma nomenclatura no IFC (Licenciaturas em Pedagogia dos Campi Abelardo Luz, Blumenau, Camboriú, Rio do Sul e Videira) no IV Fórum de Formação de Professores do IFC.

Posteriormente, foram constituídos grupos de trabalho com o objetivo de revisar a Política



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC. Por isso, o presente projeto considera as atualizações realizadas na Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores do IFC (IFC, 2022), os resultados da avaliação quadrienal dos cursos, a unicidade entre os cursos de Pedagogia do IFC e a inclusão da curricularização da pesquisa e extensão.

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), bem como a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015b), ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

O propósito dos estudos desses campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões, ou não, em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Para proporcionar essa educação buscamos uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético. A concepção materialista histórico-dialética do conhecimento, desenvolvida por Karl Marx, parte do pressuposto de que os princípios que orientam as ações pedagógicas, bem como as políticas educacionais que regem as instituições de ensino, não surgem pura e simplesmente apenas das ideias dos intelectuais ou gestores educacionais que as propõem, muito embora eles possam interferir na sua elaboração. Para Karl Marx, são as condições concretas que estão dadas em cada momento histórico, no âmbito das relações de produção que os homens estabelecem entre si e com a natureza, que determinam a religião, a política, o direito, a educação, enfim, as formas de consciência de uma dada sociedade em cada fase do seu desenvolvimento. Para citar o próprio Marx (2003, p. 05), pode-se dizer que:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Outro aspecto fundamental para a abordagem da educação segundo o materialismo histórico dialético diz respeito a sua relação com a pesquisa. A indissociabilidade entre ensino e pesquisa é condição indispensável para que se possa compreender a realidade, a qual se apresenta, num primeiro momento, sob a forma fenomênica. Esta tarefa exige o esforço de tentar captá-la em sua essência, tendo em vista que a realidade não é imediatamente apreensível pelos nossos sentidos, pois resulta da interação de múltiplas e complexas determinações. Com base nesta mesma perspectiva, Marx (1985, p. 271) já alertava para o fato de que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Para Gramsci (1976), outro intelectual vinculado ao materialismo histórico dialético, além da pesquisa, as atividades de ensino também devem estar impregnadas da dimensão histórica, apresentada por ele como antídoto para o desprezo ao esforço histórico empreendido na produção do conhecimento. Na concepção deste autor,

[...] as noções, separadas de todo este trabalho individual de pesquisa, são nem mais nem menos do que dogmas, verdades absolutas. [...] um ensino teológico, [...] uma renovação da escola jesuítica, onde o conhecimento é apresentado como qualquer coisa de definitivo, de apodicticamente indiscutível. [...] Estamos persuadidos que uma verdade só é fecundada quando se fez um esforço para a conquistar, que ela não existe em si e para si, mas foi uma conquista do espírito, devendo reproduzir-se, em cada um, aquele estado de ânsia que atravessou o estudioso antes de a alcançar. Portanto, os professores dignos desse nome, no momento de educar, dão uma grande importância à história da matéria que se propõem ensinar. Este modo de apresentar aos ouvintes a série de esforços, os erros e vitórias pelos quais passaram os homens para alcançar o atual conhecimento, é muito mais educativo do que a exposição esquemática deste mesmo conhecimento. Forma o estudioso, dá ao seu espírito a elasticidade da dúvida metódica que faz do diletante o homem sério, que purifica a curiosidade, vulgarmente compreendida, e a transforma em estímulos são e fecundo do cada vez maior e perfeito conhecimento (GRAMSCI, 1976, p. 104-105).

Nesta perspectiva, os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Coerentemente, para o processo metodológico, buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural de aprendizagem. Um dos principais precursores, Vygotsky (1993; 2001;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2004), defende a ideia de que as funções psicológicas superiores são o produto da história socialmente construída, também o reflexo das relações dialéticas sujeito e mundo e uma construção social e cultural.

Desta forma, a teoria histórico-cultural evidencia a aprendizagem e o desenvolvimento como fenômenos humanos semioticamente mediados, considerando a linguagem o instrumento imprescindível para a construção do conhecimento. A teoria histórico-cultural corrobora também, que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui.

A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender, e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Neste sentido, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os alunos.

De acordo com Rego (2002, p. 88), “o papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus alunos a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento destes sujeitos”. Desse modo, o fator imprescindível para as interações na sala de aula, são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito. Estes imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do licenciando em Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional.

Neste sentido, o Parecer CNE/CP nº 009 de 08 de maio de 2001 evidencia a necessidade que o futuro professor experiencie, como aluno, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas.

Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem está consubstanciado na (o):



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- *visão de sujeito (aluno e professor)* que está inserido em um contexto histórico, capaz de agir e refletir sobre o mundo objetivando transformá-lo;
- *visão do papel do professor* como mediador, aquele que orienta, instiga e faz a mediação entre o aluno e o conhecimento, aquele que ensina e ao mesmo tempo aprende;
- *conhecimentos* selecionados que mantêm estreita relação com as experiências vividas pelo aluno, o que permite o estabelecimento de relações entre a vida cotidiana e a apropriação do saber científico produzido socialmente;
- *metodologia* está pautada na interação das relações entre os sujeitos envolvidos no processo;
- *avaliação* enquanto processo, considerando essencialmente a apropriação dos conceitos científicos e sistematização crítica dos conhecimentos.

4 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, estão subsidiados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015b).

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal (Magistério), na Educação Profissionalizante na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver posturas éticas e críticas necessárias para a formação da identidade profissional, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem;
- Estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de seus próprios caminhos e ressignificações de suas práticas educacionais;
- Propiciar ao Licenciado em Pedagogia conhecer a escola como organização complexa, tendo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

como função promover a educação para a cidadania;

- Articular ensino, pesquisa e extensão, voltando-os às demandas sociais;
- Propiciar uma sólida formação e domínio em conteúdos específicos na área de formação;
- Possibilitar a identificação das etapas do planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógica, com competência técnico-científica;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, locais e regionais, e propor encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para superar a exclusão social;
- Possibilitar conhecimento de metodologias de ensino-aprendizagem e materiais de apoio e ensino para decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de alunos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem, avaliando os resultados de suas ações por diferentes caminhos.

4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

- A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei N° 12.711/2012, Lei N° 13.409/2016 e Resolução N° 37/2016 do Consuper.
- Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC.
- São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de campus), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência ex officio, conforme determinação da legislação vigente.



5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O PDI (IFC, 2019) do IFC expressa suas concepções e fundamentos filosófico- científico-político que balizam o trabalho educacional da instituição, também em relação às políticas de ensino, extensão, pesquisa e inovação. Os itens (5.1 ao 5.3) que seguem, são descrições fundamentados no PDI do IFC.

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

As **políticas de ensino**, segundo o PDI (IFC, 2019, p. 47-51) do IFC, visam atender tanto a Educação Básica, quanto a superior estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Neste sentido, o IFC afirma: *Esta instituição traz na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um “processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2003, p.10). Pensar em políticas públicas de ensino demanda:*

destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados (DOURADO, 2007, p. 922).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos em termos locais, regionais, nacional e internacional para a sua efetivação. Implica então, não desconsiderar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino- aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação (DOURADO, 2007).

Assim, reconhecer a historicidade dessas relações pedagógicas compreende uma organização curricular dos Institutos Federais como um espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos. A organização curricular assim pensada viabiliza “dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da Educação Básica



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear” fazendo “com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização” (PACHECO, 2010, p. 22).

Pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 21).

Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (ORTIGARA, 2013, p. 2) considerando sua característica sui generis: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão.

Floro (2014, p. 2) sobre esta questão argumenta que:

a formação de uma parcela significativa dos docentes é parcialmente compatível com os novos cursos criados, de modo que ele é cooptado a atuar em todos os níveis e modalidades de ensino, ao passo em que os alunos são estimulados a dar prosseguimento a cursos do mesmo eixo tecnológico, havendo a possibilidade de redução do percurso formativo por meio do aproveitamento de disciplinas e de experiências adquiridas.

No aspecto pedagógico a verticalização apresenta o benefício de possibilitar ao professorado “dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da Educação Básica até a pós-graduação”, incitando procurar práticas pedagógicas múltiplas para estabelecer vínculos verticalizados com diferentes níveis de ensino, com a extensão, a pesquisa e a inovação (PACHECO, 2011, p. 26-27). A verticalização de oferta de cursos no IFC contribui para a promoção da integração da Educação Básica à educação profissional, da extensão, pesquisa e inovação, em um mesmo Campus e grupo de professor.

Desta maneira, os Institutos Federais, enquanto locus de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras visando o estabelecimento de novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (científicos, éticos, humanos, técnicos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando diminuir as fragilidades e qualificar as comunidades locais/regionais.

Destaca-se, na gênese dos Institutos Federais, especialmente os objetivos de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; educação profissional articulada à Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos; e, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Tais ofertas se desenvolvem numa perspectiva de estreita relação com a sociedade e atendimento das demandas sociais, culturais e produtivas regionais, na proposição de democratização e interiorização da educação. Fundamental para este processo, é a decisão política que percebe que o desenvolvimento move-se a partir das fronteiras abertas ao interior. Permitir que a educação profissional e tecnológica pública e de qualidade chegue aos espaços mais remotos, em certa medida, desconsiderados pelo poder público, é um compromisso inadiável (SILVA, 2012). Precisam ser constantes as observações pelas instituições, das realidades locais/regionais, visando contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento e a disseminação de ações destinadas a melhorar e aperfeiçoar os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais. O olhar atento do IFC às comunidades de seu entorno ratificam o seu compromisso com a sociedade/comunidade, propiciando uma relação mais imediata e que se expressa mediada tanto pelas atividades de Pesquisa e de Extensão, quanto pelos cursos que oferta, favorecendo o reingresso, atualização, aprimoramento do trabalhador ou elevando sua escolarização.

Atendendo a estes objetivos legais, o IFC ao orientar sua política de ensino articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a trabalho, e assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida.

Portilho (2008) debate sobre a formação continuada, destacando que a aprendizagem é um processo inerente ao ser humano e que ocorre durante toda a vida. Por ocorrer ao longo da vida, ela se difere no que diz respeito ao modo como “ampliamos nosso potencial de aprendizagem e no desenvolvimento da habilidade reflexiva que utilizamos para monitorar a nossa própria aprendizagem (PORTILHO, 2008, p. 15); para tanto, demanda um estado de superação constante



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

da dicotomia já naturalizada entre natureza e criação, tendo em vista que “aprender bem ao longo da vida desperta a necessidade de monitorarmos constantemente o nosso nível de compreensão, observando quando é preciso mudar o rumo das nossas estratégias (PORTILHO, 2008, p. 23).

Essa “vigilância” constante de nossos processos de aprender precisam estar articuladas a novas possibilidades, caminhos e tentativas. Aprender ao longo da vida não é somente abrir uma porta que nos insere no século XXI. É prestar contas a nós mesmos, “como alguém que ao aprender se percebe, se constrói, se transforma” (PORTILHO, 2008, p. 23). Nesse aspecto o IFC com sua responsabilidade social, por meio da educação de qualidade referenciada, vislumbra seres humanos cada vez mais capazes de conviver, de ser tolerantes, solidários, responsáveis pelo mundo como habitação do humano sempre em construção, de tornar-se cidadãos que verdadeiramente transitem entre seus direitos e deveres ensinando, por desses direitos e deveres, a condição humana, a identidade da vida na terra (MORIN, 2000), por meio da consciência humana e ética, movidos pelo sentimento de pertencer à espécie humana.

Além disso, a verticalização dos cursos no IFC viabiliza o compromisso com a formação continuada na perspectiva da formação ao longo da vida. É nesse sentido que assume-se na política de ensino o compromisso com a Educação de Jovens e Adultos e com formação continuada, seja através da qualificação profissional ou pós-graduação.

Na Educação Profissional Técnica de nível médio o IFC defende os currículos integrados que se constituem em instrumentos que viabilizem a compreensão da realidade, tanto do contexto da profissão quanto do contexto social, político, econômico, cultural e científico. Portanto, os cursos técnicos pressupõe a teorização crítica que possibilita ao estudante utilizar conceitos e referenciais teóricos das áreas do saber para compreender e refletir sobre a realidade em que está inserido, “permitindo contatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano” (SANTOMÉ, 1998, p. 26). Pensar um currículo integrado traz os desafios que se estabelecem ao IFC no sentido de assegurar que seus currículos se mantenham comprometidos com a concepção teórico-metodológica da Educação Profissional Técnica, visando à formação omnilateral dos estudantes como sujeitos para a vida em sociedade.

No que tange a Formação de Professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover de maneira articulada a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

institui a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Visando a articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores/COFOR.

A formação inicial e a formação continuada de professores visam à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na Educação Básica em suas etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a autoavaliação e a avaliação institucional.

O estudo “Atratividade da Carreira Docente no Brasil” (2009), constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC como instituição formadora, e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, se firma no compromisso com esta formação preparando profissionais tanto em cursos de licenciatura, quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores.

Diante destes compromissos, a curricularização da pesquisa e da extensão vem como política que permite articular a pesquisa como princípio educativo, a extensão como ação dialógica e o ensino como síntese dos três processos. Integrar a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

As ações de Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre MEC/SETEC e IFC, pelas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos neste PPI/PDI. Para assegurar o desenvolvimento do ensino, conforme legislação vigente, o IFC traça seu percurso em documentos institucionais próprios como Diretrizes a Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021). Visando garantir identidade institucional na concepção dos cursos, as matrizes curriculares se constituem com unicidade de 75%, para os cursos com a mesma nomenclatura. Nessa unicidade são observados os nomes dos componentes curriculares, a carga horária, bem como suas respectivas ementas.

As Diretrizes estabelecem as concepções, princípios e fundamentos das ofertas do IFC, construídas a partir das discussões no ambiente escolar e na comunidade. Tais documentos orientam o trabalho de organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas, complementando os demais documentos orientadores institucionais e buscando a equidade da aprendizagem e da estruturação acadêmica. Há que se considerar ainda que as diretrizes objetivam também preservar a autonomia institucional e sua proposta pedagógica. Já a Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cursos, primando pela distribuição das responsabilidades e participação nos processos decisórios, com objetivo de consolidar na instituição processos de gestão democrática, na constituição dos Colegiados e Núcleos Docentes.

Ainda quanto às **políticas de extensão**, segundo o PDI (IFC, 2019, p. 64-67), o IFC afirma suas ações, a partir das seguintes concepções:

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível a própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos. É preciso ressaltar, a relevância da extensão para a renovação da prática e métodos acadêmicos. As atividades extensionistas quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, Projetos e Ações da Instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As políticas públicas de extensão são garantidas a partir Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que determina 10% da carga horária dos cursos em curricularização da extensão e das Diretrizes Nacionais de Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito da Rede EPCT e do IFC, a extensão é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage.

Assim conceituada e à luz da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, as diretrizes de extensão do Instituto Federal Catarinense são:

I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações COM a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.

II. Indissociabilidade com o ensino, pesquisa e inovação: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

III. Impacto e Transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais; ademais, entende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia da comunidade, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

IV. Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas cf. FORPROEXT: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

V. Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

A política perpassa todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, sejam aquelas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, ou aquelas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

- Programas: constituirá de um conjunto de ações de caráter orgânico institucional, com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino, pesquisa e inovação.*
- Projetos: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, discentes, e a comunidade, com prazo definido, sendo projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudos.*
- Serviços, produtos e processos tecnológicos: atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo.*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- *Eventos: constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.*
- *Estágio e emprego: compreende ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.*
- *Produção e publicação: elaboração de materiais didáticos, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, articuladas com às Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa-Inovação e de Extensão.*

Em suma, a política de extensão do IFC resulta na responsabilidade social coletiva (estudantes, servidores e comunidade em geral) com a participação de todos para uma formação profissional capaz de compreender a educação como processo social emancipatório que proporciona para os cidadãos o exercício consciente da cidadania.

As atividades extensionistas são desenvolvidas mediante a participação da comunidade externa, alunos e servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos em educação. Podem contar com fomento interno ou externo e ser desenvolvidas nos campi, nas comunidades, nos ambientes de entidades parceiras, dentre outros.

Quando vinculadas a projetos de pesquisa, as atividades extensionistas articulam-se com experimentações, desenvolvimento de unidades demonstrativas, testes, modelagens e outras formas de geração de produtos ou metodologias.

As atividades extensionistas caracterizadas como projetos de intervenção são consideradas prioritárias. Entende-se por projetos de intervenção aqueles que são propostos para a resolução de um problema social, econômico e/ou ambiental, voltados para a indução do desenvolvimento socioeconômico regional, o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a resolução de problemas ambientais e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Envolvem arte e outras formas de cultura elaborada, educação, emprego, renda, sociedade, esporte, saúde e outros temas, com a promoção de práticas empreendedoras e de inovação tecnológica.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Os cursos ofertados, as pesquisas aplicadas e a extensão tecnológica, quando comprometidos com os Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais (APLs), são igualmente linhas de ação objetivas e contínuas de intervenção na comunidade. Os APLs são, convencionalmente, considerados como concentrações de produtores ou empresas de mesmo ramo de atividade, atores culturais e sociais pertencentes a uma região, que interagem entre si e com outros atores públicos e privados por meio de uma estrutura de governança comum, sendo relevantes para o desenvolvimento local. Na perspectiva social e cultural, os APLs incluem as atividades potenciais e latentes da comunidade. A formação para a comunidade se dá por meio de curso de extensão, estágios, visitas técnicas, eventos, transferências de tecnologia, incubação de empresas e suporte a empresas júnior definidas a partir de demandas advindas tanto da comunidade quanto das condições de oferta das Unidades do IFC, Campi e Reitoria.

Servidores, estudantes e comunidade externa são incentivados a elaborar e executar atividades de extensão no âmbito de seu município, fora ou para além dele, especialmente quando se trata de formação profissional, desenvolvimento do empreendedorismo com geração de emprego e renda, e atendimento a demandas específicas alinhadas com o perfil de atendimento dos campi, na forma de ações presenciais ou a distância.

Quanto às **políticas de pesquisa e inovação**, o PDI (IFC, 2019, p. 68-71) do IFC, afirma suas ações, a partir das seguintes concepções:

Um dos desafios da educação profissional e tecnológica consiste em buscar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. A pesquisa, que em seu sentido etimológico, de perquirir, é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco, por meio da indagação, inquirição, investigação e averiguação, constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Inserida no contexto da educação profissional e tecnológica, a pesquisa: estabelece estreita relação com as demais atividades de formação, como o ensino, a extensão e a inovação; permeia as relações entre os processos formativos e o contexto em que os mesmos ocorrem; acontece em situações e níveis de profundidade e de rigor diversos, considerando o princípio da verticalidade dos processos educativos – da qualificação profissional até a pós-graduação stricto sensu; articula os saberes e práticas instituídos com as situações



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

desconhecidas, constituindo-se em princípio educativo; e, busca promover melhorias às condições de vida das pessoas, por meio da inovação e da transferência de conhecimentos e tecnologias às comunidades atendidas.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente.

Alinhada às concepções e princípios apresentados neste documento, a política de pesquisa e inovação do IFC organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei 11.892/2008, quanto à finalidade e características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2008). Na mesma lei, um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.” Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático, criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

Tais procedimentos podem ser desenvolvidos com a criação de novos produtos e/ou procedimentos extensíveis à comunidade visando o desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, a ideia de Lukács (1978), a respeito de mover-se e ser movido, por meio dos questionamentos, possibilita que também por meio da pesquisa e de seus resultados seja possível intervir na realidade e modificá-la.

Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem Campus instalado. Assim, os processos de verticalização dos cursos, a produção do conhecimento, a implantação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, integradas ao ensino, à extensão e à inovação, são elementos necessários para o fortalecimento institucional, uma vez que entre os objetivos dos IFs está a oferta de “[...] cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica” (BRASIL, 2008).

A política de pesquisa do IFC também se alinha ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, pois que atende aos seus princípios, em que se destacam: a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; a redução das desigualdades regionais; a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros. (BRASIL, 2016).

Nestes termos, de acordo com o Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC os objetivos são:

- Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores a conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos;*
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;*
- Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado a curiosidade e investigação científica;*
- Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como, promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;*
- Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a iniciação científica e tecnológica, bem como, subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação.*

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e alunos é ofertado o Programa de Bolsas regulamentadas por dispositivos internos específicos, em consonância às orientações nacionais. As bolsas de pesquisa são distribuídas em cotas, para alunos do Ensino Médio e da graduação para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Deste modo, o programa de bolsas de iniciação científica e tecnológica possui as seguintes modalidades:

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);*
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC- Af), destinadas a participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no Ensino Superior;*
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) para estudantes do Ensino Superior e voltado ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação;*
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC-EM, para estimular a iniciação científica dos estudantes do ensino técnico;*
- *Bolsas de Pesquisa Internas do IFC, para alunos de graduação distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;*
- *Bolsas de Pesquisa Internas do IFC, para alunos do Ensino Médio conforme disponibilidade financeira da instituição.*
- *O IFC, além disso, desenvolve um programa de apoio a produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:*
- *Fomento a projetos de pesquisa, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;*
- *Apoio à publicação de artigos em periódicos científicos e apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;*
- *Apoio à publicação de livros, manuais e congêneres na Editora do IFC;*
- *Apoio à realização de eventos técnico-científicos; dentre outros.*

Estas iniciativas buscam privilegiar o desenvolvimento de pesquisas que além da produção de conhecimento contemplem a interdisciplinaridade entendida “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (DEMO, 1997, p. 88-89). Nesta perspectiva, por meio da colaboração entre servidores/pesquisadores torna-se possível articular redes de pesquisa envolvendo servidores



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

e estudantes dos vários campi na perspectiva da colaboração, no compartilhamento de processos e materiais e dos resultados.

Para o CNPq as “Redes de pesquisa visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações.” (BRASIL, 2018). No contexto do IFC, as redes de pesquisa são uma importante forma de colaboração que permitem ampliar a rede de conhecimentos para vários campi e comunidades.

A inovação, particularmente, é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, extensão e pesquisa, tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para os problemas locais. A Política de Inovação, sintonizada com a Política de Pesquisa, trata de modo mais específico dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação, tendo por base as seguintes diretrizes:

- i. A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país;*
- ii. A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos decorrentes, como fator de desenvolvimento institucional;*
- iii. A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade;*
- iv. O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos;*
- v. A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.*

A Política de Inovação alinha-se, portanto, ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, cujos princípios mais diretamente afetos são: estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País; incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

e às atividades de transferência de tecnologia; fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs; apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo, dentre outros.

Cabe destacar que a Política de Inovação do IFC a concebe em duas perspectivas: a tecnológica, quando orientada à criação e/ou melhoria de processos, produtos e serviços de interesse do setor produtivo; e social, quando orientada à melhoria das condições de vida de grupos sociais e desenvolvidos em interação com a comunidade, tendo em vista estabelecer mecanismos de transformação social. Além disso, na perspectiva da inovação social, parte-se da premissa de que a tecnologia correspondente, a tecnologia social, deve ser apropriada pela população-alvo.

As ações desenvolvidas são voltadas para: gestão da propriedade intelectual produzida no IFC; acompanhamento e apoio aos projetos diagnosticados com potencial de inovação; realização de palestras e treinamentos aos servidores do IFC sobre temas relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia; intermediação entre as demandas identificadas junto à sociedade e a capacidade institucional de atuação; orientação e acompanhamento dos processos de transferência de tecnologia; dentre outros.

5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

O Programa de Assistência Estudantil – PAE prevê as ações de assistência estudantil pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

5.2.1 Assistência Estudantil

De acordo com o PDI (IFC, 2019, p. 74-75) do IFC, sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o IFC propõe:

O PNAES tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de Educação Básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis. Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades:

- Auxílio-Moradia: destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que possam residir nas proximidades do Campus.

- Auxílio-Permanência I: destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços correspondentes não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

- Auxílio-Permanência II; destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico. Os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia podem acumular este com mais um auxílio do PAE: Permanência I ou Permanência II. Os Auxílios Permanência I e Permanência II não são acumuláveis. Qualquer auxílio financeiro do PAE pode ser acumulado com bolsas recebidas pelo estudante, tais como Bolsa Pesquisa (PIBIC AF; PIBIC EM; PIBITI), Bolsa Extensão, Pet Educação, PIBID, Monitoria e Bolsa Permanência MEC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

A perspectiva da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Curso de Pedagogia de Rio do Sul (SC) acompanha o previsto no PDI (IFC, 2019, p. 78) do IFC, a saber:

Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018. Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

São considerados público-alvo do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo. Não é obrigatória a apresentação de laudo ou outra documentação para o AEE.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, composta, em cada Campus, por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos campi, especialmente do professor de Educação Especial/AEE. Temporariamente, nos campi em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros campi.

A Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado – foi aprovado pela Resolução 015/2021 do IFC².

5.3.2 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

Dentre as ações desenvolvidas de modo a contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito do Regulamento da Acessibilidade Educacional Especializada (AEE) de estudantes com necessidades específicas, isto é, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação, destaca-se que o Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul, constituiu a partir da Portaria nº 200/2005 de 28 de setembro de 2005, o

² Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/2022/10/25/resolucao-no-15-2021/>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). Desde então, o Núcleo busca articular servidores e estudantes da instituição para o desencadeamento de ações destinadas à inclusão.

Cabe salientar que de acordo com a Resolução CONSUPER n. 033/2019 do Conselho Superior do IFC, que dispõe sobre o Política de Inclusão e Diversidade do IFC, entende-se por inclusão:

Os objetivos da Política de Inclusão e Diversidade do IFC estão em consonância direta com a missão da instituição descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) [...] além de criar mecanismos que promovam inclusão, diversidade e direitos humanos, evitem a evasão e favoreçam a permanência na instituição. (IFC, 2019, art. 3º).

Atualmente, dentre as finalidades do Napne existe a intenção de promover na instituição a cultura da educação para a inclusão, buscando a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Diante desses aspectos, o Núcleo contribui apoiando e desenvolvendo ações e projetos que em parceria com a comunidade escolar e externa, disseminam a valorização e o respeito às diferenças. Deste modo, dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: assessorias pedagógicas em relação ao acessibilidade à estudantes com necessidades específicas; aquisição de recursos pedagógicos específicos para o trabalho com estudantes com necessidades específicas; ofertas de cursos básicos e intermediário de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); oficinas de Libras; realização de palestras, gincanas, trilha ecológica da inclusão; oficinas pedagógicas, seminários; projetos de extensão, tais como: Encontro de Surdos e Ouvintes; Acampamento de Surdos; Ensino de xadrez para estudantes cegos; Produção e adaptação de recursos pedagógicos acessíveis a estudantes com deficiência visual; Matemática financeira a estudantes Surdos, dentre outros.

Em relação às condições de acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, ressalta-se que a instituição possui: vaga de estacionamento sinalizado e reservado a pessoas com deficiência; calçada com acesso a usuários de cadeira de rodas; banheiros acessíveis a estudantes com deficiência; elevador dentro dos padrões exigidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com aviso sonoro e identificação em Braille; calçada adaptada para cegos; placas de identificação em Braille em todas as salas; professor e tradutor/intérprete de Libras.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos, pois entendemos que projetos voltados à inclusão são de grande relevância tanto para o público alvo quanto para a comunidade escolar que passa a criar consciência da necessidade de se problematizar, valorizar e respeitar às diferenças.

5.4 ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

De acordo com o artigo 198 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) –, o atendimento pelos docentes ao estudante dos cursos do IFC se dará do seguinte modo:

Art. 198 O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular nos cursos de Qualificação Profissional, Técnicos Subsequentes, EJA-EPT e Ensino Superior e 10% (dez por cento) da carga horária do componente curricular nos cursos Técnicos Integrados, considerando que este último além do atendimento ao estudante oferta a recuperação paralela. (IFC, 2021, p. 40).

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em pedagogia deverá ser um profissional com perfil de pesquisador-crítico-reflexivo, habilitado a atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), bem como com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015b), o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I – atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II – compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social;

III – fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV – trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V – reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI – ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII – promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX – identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI – desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII – participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII – participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV – realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV – utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

pedagógicos e científicos;

XV – estudar e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar, encaminhando o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

A docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental como característica identitária primaz na formação do(a) pedagogo(a) é fator que corrobora a importância de adensar o Estágio, com a configuração que se apresenta (conforme Matriz Curricular), com a presença de duas disciplinas de estágio supervisionado em Educação Infantil (I e II) e duas disciplinas de estágio supervisionado em Ensino Fundamental – Anos Iniciais (III e IV).

Convém destacar que, mesmo diante do desafio de constituir um perfil de formação que enfatize a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a proposta curricular do curso não deixa de atender os requisitos também de práticas formativas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, a disciplina de *Pesquisa e Processos Educativos (PPE)*³ que fomenta a prática formativa, consiste em outro aspecto central na definição do perfil do curso, relacionado à importância atribuída à dimensão formativa da pesquisa e da extensão. Isso se verifica na organização curricular do curso. A disciplina de PPE (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII) está presente em todos os semestres letivos do curso. Esta opção revela uma concepção de formação que vai além do ensino, em sentido estrito, para contemplar um processo formativo que não se limita a difundir o conhecimento acadêmico, mas que se propõe a repensá-lo e reconstruí-lo a partir da atividade investigativa e extensionista.

Outro aspecto que se destaca do perfil formativo do egresso do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul (SC) se estabelece pela atenção dispensada às áreas da gestão educacional e da gestão escolar que compõem atividades integradas nas disciplinas de PPE – citadas anteriormente – como também em dois componentes curriculares específicos – Gestão Educacional; Gestão Escolar – compondo um total de carga horária de 135 horas.

³ Este bloco de disciplina que transversaliza o curso do primeiro ao oitavo semestres, tem sua organização e metodologia expostas em Regulamento próprio (em anexo).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/ 2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas: docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, também análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação.

Atuação na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022), fica estabelecido para os cursos de licenciaturas:

Art. 10 Os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de Licenciatura do IFC, terão, no mínimo, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, e no máximo 3.410 (três mil quatrocentas e dez) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - no mínimo 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores a esta associados, previstos nos incisos I e IV do artigo 8o, respectivamente.

II - no mínimo 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores a estes associados, previstos nos incisos II e IV do artigo 8o respectivamente.

III - 810 (oitocentas) horas, de prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso da instituição formadora;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

b) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

§ 1º Os cursos de licenciatura de mesma nomenclatura devem ter o mesmo tempo de integralização.

§ 2º Nas licenciaturas do IFC o tempo dedicado às dimensões e fundamentos pedagógicos não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 3º Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009) e da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) dos Cursos do IFC.

Quanto ao **eixo pedagógico obrigatório**, de acordo com a Resolução nº 51 do Consuper (IFC, 2022) têm-se as seguintes orientações:

Art. 14 O eixo pedagógico obrigatório compreende um grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente.

Art. 15 Deverá ser garantido o Eixo Pedagógico Obrigatório, explicitado em todos os PPCs dos cursos de licenciaturas, com disciplinas de dimensão e fundamentos pedagógicos comuns a todos cursos de licenciatura [...].

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul está compreendida em quatro núcleos formativos, conforme prevê a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022): Núcleo de Formação Geral (Núcleo I); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II); Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III); Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV).

I) Núcleo de Formação Geral:

De acordo com a Resolução nº 51 do Consuper (IFC, 2022), o Núcleo de Formação Geral (Núcleo I) deverá ser constituído por, no mínimo 800 horas, compostas por componentes que visam à formação geral e pelos estudos integradores a esta associados. O Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul prevê 840 horas para o Núcleo I, cujos componentes curriculares são oriundos do “(...) eixo pedagógico obrigatório do grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente (IFC, 2022). Neste sentido, observa-se que se torna, em certos casos, difícil de definir que se tratam apenas de formação geral,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

uma vez que a identidade docente do pedagogo esta intrinsecamente ligada aos estudos nas áreas de atuação profissional, que trata o Núcleo II. Todavia, assim justificado, optou-se por esta representação e distribuição nos núcleos do Curso, sendo o Núcleo I, de acordo com o quadro que segue:

Quadro 2 – Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral

Código	Componentes Curriculares	Carga horária	Créditos
LPC0602	História da Educação	60	4
LPC0603	Filosofia da Educação	60	4
LPC0605	Leitura e Produção Textual	60	4
LPC0607	Educação, Sociedade e Trabalho	60	4
LPC0611	Psicologia da Educação	60	4
LPC0613	Didática Geral	60	4
LPC0622	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	60	4
LPC0625	Teorias Educacionais e Curriculares	60	4
LPC0633	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	4
LPC0634	Políticas Públicas da Educação	60	4
LPC0637	Gestão Educacional	60	4
LPC0639	Libras	60	4
LPC0640	Educação, Diversidade e Inclusão	60	4
LPC0644	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	60	4
Carga horária Total		840	56

II) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional:

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e estudos integradores a estes associados (Núcleo II), de acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para Educação Básica do IFC, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022) é “composto por campos de saber destinados à caracterização da área específica de formação e conhecimentos pedagógicos específicos, priorizados pelo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), em sintonia com os sistemas de ensino”, com no mínimo 1.600 horas. O Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul prevê 1.755 horas para o Núcleo II:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quadro 3 – Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional

Código	Componentes Curriculares	Carga horária	Créditos
LPC0604	Pedagogia e Profissão Docente	60	4
LPC0608	Infância e Pedagogia	60	4
LPC0609	Antropologia	30	2
LPC0610	Literatura e Educação	60	4
LPC0614	Infância e Educação Infantil	60	4
LPC0615	Linguística	30	2
LPC0616	Fundamentos e Metodologia em Artes	90	6
LPC0617	Linguagem, Corpo e Movimento	60	4
LPC0619	Alfabetização e Letramento I	60	6
LPB0620	Fundamentos em Matemática	30	2
LPC0620	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	6
LPC0621	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	60	4
LPC0626	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	90	6
LPC0627	Fundamentos e Metodologia em Matemática	90	6
LPC0628	Alfabetização e Letramento II	60	4
LPC0631	Fundamentos e Metodologia em História	90	6
LPC0632	Fundamentos e Metodologia em Geografia	90	6
LPC0638	Modalidades da Educação Básica I	60	4
LPC0643	Modalidades da Educação Básica II	60	4
LPC0645	Gestão Escolar	75	5
LPC0601	Pesquisa e Processos Educativos I	90	6
LPC0606	Pesquisa e Processos Educativos II	60	4
LPC0612	Pesquisa e Processos Educativos III	60	4
LPC0618	Pesquisa e Processos Educativos IV	60	4
LPC0624	Pesquisa e Processos Educativos V	45	3
LPC0630	Pesquisa e Processos Educativos VI	45	3
LPC0636	Pesquisa e Processos Educativos VII	45	3
LPC0642	Pesquisa e Processos Educativos VIII	45	3
Carga horária Total		1.755	119

III) Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III):

O Núcleo de Práticas Pedagógicas (Núcleo III), de acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada para Educação Básica de Professores do IFC, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022) compreende o estágio supervisionado obrigatório e a prática como componente curricular (PCC), distribuídos ao longo do processo formativo, com um mínimo de 810 horas, sendo esta a carga horária prevista para o Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quadro 4 – Núcleo de Práticas Pedagógicas

Código	Componentes Curriculares	Carga horária	Créditos
LPC0629	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	105	7
LPC0635	Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	90	6
LPC0641	Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	105	7
LPC0646	Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	105	7
-	Prática como componente curricular	405	-
Carga horária Total		810	27

IV) Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV):

O Núcleo de Estudos Integradores, de acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada para Educação Básica de Professores do IFC, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022), corresponde a no mínimo 100 horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs) caracterizadas como atividades teórico- práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento curricular. O Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul prevê 200 horas de ACCs.

6.3.1 Relação Teoria e Prática

A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vazquez (1968, p.117) denomina como: “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”. Diante dessa perspectiva, o Curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis.

Outra contribuição importante sobre a relação teoria e prática é de Kuenzer (2002, p. 20), ao nos dizer que:

Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à ideia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana.

Para a autora a prática, nesta perspectiva, se aproxima da concepção de práxis, uma vez que depende estreitamente do conhecimento teórico. Kuenzer (2002) recorre à afirmação de Kopnin (1978, p. 168), o "pensamento como relação teórica do sujeito com o objeto, surge e se desenvolve à



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

base da interação prática entre eles". Ou seja, diz a autora “[...] não há pensamento fora da atividade humana; esta interação tem caráter material, concreto-sensorial, passível de verificação empírica, uma vez que provoca mudanças no objeto, e ao mesmo tempo, no sujeito”.

Nos termos do projeto pedagógico do Curso, segundo Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que dispõe sobre a Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura) a integralização de estudos será efetivada por meio de: disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação (BRASIL, 2006, p. 04).

Assim, o Curso pretende materializar a relação teoria e prática, ciente de que esta ação representa um exercício complexo, porém necessário à formação do profissional em educação. O “curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica” (BRASIL, 2006, p. 01), deverá proporcionar condições para que o licenciado possa solidificar e aplicar no campo da educação, contribuições de outras áreas do conhecimento (filosófica, histórica, antropológica, ambiental-ecológica, psicológica, linguística, sociológica, política, econômica, cultural, dentre outras).

6.3.2 Prática Profissional

A prática profissional dos egressos se dará em acordo com o perfil do egresso e do campo de atuação do pedagogo. Esta prática se refere à docência em instituições de ensino e pesquisa, nos órgãos governamentais e não-governamentais, na Educação Básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas instâncias administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica, considerando os contextos das diversas esferas da atividade humana.

Nessa concepção, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia envolvem a docência, a gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares e, ainda, a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação e em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda para o licenciando em pedagogia, apresenta-se a oportunidade de atuação profissional pela atuação em estágios não obrigatórios, como pode ser conferido em item próprio deste PPC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.3.3 Prática como Componente Curricular

De acordo com Política Institucional de Formação Inicial e Continuada para Educação Básica de Professores do IFC, Resolução nº 51 Consuper (IFC, 2022), sobre a PCC está formalizado:

Art. 20 A Prática como Componente Curricular (PCC) deve compor os PPCs dos Cursos de Licenciatura, com o mínimo de 405 (quatrocentas e cinco) horas vivenciadas ao longo do curso com vistas à integração entre o IFC e o sistema de Educação Básica da região, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes de Licenciatura no contexto educacional.

Art. 21 A PCC objetiva fortalecer a relação entre teoria e prática na formação dos estudantes, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação dos sujeitos para lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação.

Art. 22 A carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação- reflexão, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes.

Art. 23 A PCC é um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão.

Art. 24 As PCCs buscam estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos.

Art. 25 A PCC, dada a sua natureza investigativa e, ainda, o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos, poderá estar associada às dimensões da pesquisa e inovação e da extensão.

Art. 26 A oferta da carga horária de PCC poderá realizar-se de três formas:

I - Nos componentes curriculares Pesquisa e Processos Educativos;

II - Em componentes curriculares específicos para realização de atividades de natureza teórico-prática e integradora, como por exemplo Projetos Integradores ou Laboratórios de Ensino, em que se trabalhem com situações-problema, identificadas em diversos espaços educativos, e que dialoguem com a área de formação dos estudantes, prevendo-se, para tanto, a elaboração de projetos individuais ou coletivos, a serem construídos pelos estudantes sob a orientação do(s)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

professor(es) do componente curricular;

III - Por meio de inserção da dimensão prática em disciplinas de diferentes núcleos de formação, indicando-se, no PPC, quais componentes curriculares se destinam a esse fim, e qual a carga horária reservada à PCC.

§ 1º As três formas de oferta da PCC podem coexistir no PPC.

§ 2º Em qualquer forma ofertada a PCC não poderá ter carga horária inferior a 15 horas por componente curricular.

§ 3º A carga horária da PCC poderá ser acrescida à carga horária de componentes curriculares do eixo pedagógico obrigatório, ou mesmo na carga horária de componentes pertencentes a unicidade entre cursos da mesma nomenclatura, desde que mantidas a carga horária dos componentes unificados.

Art. 27 A Prática como Componente Curricular deverá ser descrita no PPC, ou em normativa anexa, que traduza a curricularização e a indissociabilidade da Pesquisa e Inovação, da Extensão e do Ensino, favorecendo reflexões e vivências da formação e profissão docente e dos temas transversais. A previsão da carga horária das atividades de PCC (405 horas) para o Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, está distribuída ao longo dos oito semestres do curso, porém com características específicas, dadas às especificidades previstas neste PPC. A opção feita deu-se por estes componentes estarem relacionados às exigências da relação entre teoria e prática, bem como dos aspectos da curricularização da pesquisa e da extensão, que deve permear o currículo do Curso. A carga horária total de 405 horas da PCC está distribuída, conforme quadro abaixo.

Quadro 5 – Componentes Curriculares com previsão de PCC

Código do componente	Nome do componente curricular	Carga horária de PCC	Carga horária total
LPC0601	Pesquisa e Processos Educativos I	30	90
LPC0606	Pesquisa e Processos Educativos II	30	60
LPC0612	Pesquisa e Processos Educativos III	30	60
LPC0618	Pesquisa e Processos Educativos IV	30	60
LPC0624	Pesquisa e Processos Educativos V	15	45
LPC0630	Pesquisa e Processos Educativos VI	15	45
LPC0636	Pesquisa e Processos Educativos VII	15	45
LPC0642	Pesquisa e Processos Educativos VIII	15	45



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0616	Fundamentos e Metodologia em Artes	30	90
LPC0620	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	30	90
LPC0623	Fundamentos em Matemática	15	45
LPC0626	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	30	90
LPC0627	Fundamentos e Metodologia em Matemática	30	90
LPC0631	Fundamentos e Metodologia em Geografia	30	90
LPC0632	Fundamentos e Metodologia em História	30	90
LPC0645	Gestão Escolar	15	75
	Disciplina Optativa	15	75
Total		405	1.185

6.3.4 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um conceito tenso e polissêmico. Na proposta do Curso, a interdisciplinaridade não pode ser vista fora da compreensão epistemológica, histórica e crítica. Demo (1998, p. 88-89), explicita que “a interdisciplinaridade quer “[...] horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa seja também profunda, e verticalizar a horizontalização, para que a visão profunda seja também complexa”. Conforme o autor, “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real”.

Nesse contexto, Demo (1998) sugere a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática será viabilizada por intermédio das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos.

Recorremos ainda às contribuições de Jantsch e Bianchetti (1997) ao dizerem que a interdisciplinaridade não pode ser concebida fora dos modos de produção históricos em vigor. Para estes autores, significa que é produto de um processo que foi engendrado no meio da construção do conhecimento ao qual subjazem a filosofia e a ciência. Inclua-se, aí, a fragmentação do conhecimento. A abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão, aponta Frigotto (2008, p. 38), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

“genérico e o específico não são excludentes”.

É a partir dessas contribuições que o Curso pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar, a metodologia e a abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores.

O MEC definiu como temas transversais os que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, da cidadania, pelo princípio dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com participação política. Tais temas, deverão ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes.

A proposta do MEC se pauta em temas que tratam de valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) os quais se constituem em propostas que poderão ser tomadas como referenciais. No entanto, estes não são os únicos a serem contemplados. Outros como os que envolvem tecnologias e a diversidade de toda ordem podem e devem ser abordados, atendendo às demandas e necessidades contemporâneas, uma vez que os temas transversais não pertencem a nenhuma disciplina ou área específica, mas atravessam todas elas como se a todas fossem pertinentes. Dentre outros existentes no Curso de Pedagogia do IFC – Campus Rio do Sul, os componentes curriculares das PPE (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII) permitem a articulação, diálogos interdisciplinares e transversais entre as disciplinas do semestre de modo a garantir os princípios aqui estabelecidos, articulando a implementação da curricularização do ensino, pesquisa e extensão. Outras formas que se fazem presentes, desde o segundo semestre de implantação do curso (ano de 2016), dizem respeito aos projetos desenvolvidos em nível do curso ou de disciplinas:

I - Projeto: Atividades de Aprofundamento científico-cultural (AACC): cadastrado na coordenação de extensão do *Campus*, pertencente ao curso de pedagogia, envolvendo diversos professores do curso, cujo objetivo central é contribuir com a formação dos acadêmicos dos cursos superiores do IFC – *Campus* Rio do Sul, podendo, como horas de AACC para as licenciaturas, cuja exigência é de 200 horas de formação para o licenciado, segundo legislação em vigor, e contribuir com a formação continuada da comunidade em geral. Outro fator que justifica este projeto diz respeito à



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, oferecendo à comunidade externa a possibilidade de frequentar as atividades propostas (cursos, minicursos, oficinas, seminários, dentre outros). Para os acadêmicos e comunidade externa será possível fazer desses espaços/tempos oportunidades para investigar aspectos voltados às demandas de formação pessoal ou sociais ou de competência técnico-científica. Dentre os temas abordados terão prioridade: aqueles voltados para uma formação ética, crítica e humanística; que considerem as questões de diversidade cultural e científica necessárias para a formação da identidade profissional de sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem; que possam estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de caminhos e ressignificações de práticas pessoais, sociais, educacionais, tendo como responsabilidade promover ações para a cidadania; que possibilitem articular ensino, pesquisa e extensão, voltando-os às demandas sociais;

II – Projeto: Colóquios sobre questões educacionais contemporâneas: o projeto envolve as disciplinas de História da Educação, Filosofia da Educação, Antropologia, Teorias Educacionais e Curriculares e Psicologia da Educação, ministradas nas licenciaturas do *Campus*. Apresenta como objetivos: trabalhar numa perspectiva integradora que atenda à formação dos discentes, nas especificidades dos conceitos próprios das disciplinas envolvidas, trazendo para o debate questões educacionais contemporâneas; promover a integração entre turmas e cursos de licenciatura do IFC – *Campus* Rio do Sul (SC); destacar temáticas que envolvam questões educacionais contemporâneas, levando à reflexão destas para a formação pessoal e profissional dos futuros licenciados; demonstrar aspectos da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras; refletir sobre as relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; sensibilizar para o cultivo de valores de formação humana: respeito, tolerância, aceitação às diferenças, responsabilidade, dentre outros, exercitando a reflexão, tomada de consciência e posicionamento.

Salienta-se que a articulação entre o corpo docente do curso sempre tem possibilitado maiores avanços nas relações interdisciplinares. Para isso, o planejamento coletivo e sistemático torna-se indispensável, a partir da integralização do PPC. Destacam-se ainda aspectos da educação ambiental, educação étnico-racial e direitos humanos, demarcados nos três subtítulos que seguem abaixo:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.3.5 Educação Ambiental

Segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

No Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, a temática ambiental será desenvolvida no componente curricular Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais. Ainda, ocorre de forma transversal em outros componentes curriculares ou de modo interdisciplinar em projetos integrados de disciplinas ao longo dos semestres letivos ou em atividades de projetos específicos do Curso, sendo: Projeto Colóquios Integrados, Projeto AACC – Atividades de Aprofundamento Científico e Cultural

6.3.6 Educação Étnico-Racial

A educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares: Educação, Diversidade e Inclusão; Teorias Educacionais e Curriculares; História da Educação; Filosofia da Educação; Fundamentos e Metodologia em História. Ainda ocorre de forma transversal em outros componentes curriculares ou interdisciplinar em projetos integrados de disciplinas ao longo dos semestres letivos ou em atividades de projetos específicos do Curso, sendo: Projeto Colóquios Integrados, Projeto AACC – Atividades de Aprofundamento Científico e Cultural.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.3.7 Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2): “Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados no PPC nos componentes curriculares: Educação, Diversidade e Inclusão; Modalidades da Educação Básica I; Modalidades da Educação Básica II, ou mesmo de forma transversal em outros componentes curriculares ou interdisciplinar em projetos integrados de disciplinas ao longo dos semestres letivos ou em atividades de projetos específicos do Curso, sendo: Projeto Colóquios Integrados, Projeto AACC – Atividades de Aprofundamento Científico e Cultural.

6.4 MATRIZES CURRICULARES

6.4.1. Matriz curricular para os ingressantes até 2022

CURSO DE PEDAGOGIA – IFC – CAMPUS RIO DO SUL							
MATRIZ CURRICULAR – 2017							
1ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC ⁴	Prática	Total	Créditos
LPB0604 LPB0648 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos I	-	60	30		90	6
LPB0601	História da Educação	-	60			60	4
LPB0602	Filosofia da Educação	-	60			60	4
LPB0605	Pedagogia e Profissão	-	60			60	4

4 PCC: Prática como Componente Curricular.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Docente						
LPB0603	Leitura e Produção Textual	-	60			60	4
TOTAL			300	30		330	22
2ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0610 LPB0649 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos II	-	30	60		90	6
LPB0606	Educação, Sociedade e Trabalho	-	60			60	4
LPB0607	Infância e Pedagogia	-	60			60	4
LPB0608	Antropologia	-	30			30	2
LPB0609	Literatura e Educação	-	60			60	4
LPB0611	Psicologia da Educação	-	60			60	4
TOTAL			300	60		360	24
3ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0616 LPB0651 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos III	-	30	60		90	6
LPB0617	Didática I	-	60			60	4
LPB0613	Infância e Educação Infantil	-	60			60	4
LPB0615	Linguística	-	30			30	2
LPB0612 LPB0660 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em Artes	-	60	15		75	5
LPB0614	Linguagem, Corpo e Movimento	-	60			60	4
TOTAL			300	75		375	25
4ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0623 LPB0653 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos IV	-	30	60		90	6
LPB0618	Alfabetização e Letramento I	-	60			60	4
LPB0621 LPB0652 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	-	60	30		90	6
LPB0622	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	-	60			60	4
LPB0619	Didática II	-	60			60	4
LPB0620	Fundamentos em	-	30			30	2



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Matemática						
TOTAL			300	90		390	26
5ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0629 LPB0657 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos V	LPB0604 LPB0648 (PCC) LPB0610 LPB0649 (PCC) LPB0616 LPB0651 (PCC) LPB0623 LPB0653(PCC)	30	15		45	3
LPB0625	Teorias Educacionais e Curriculares	-	60			60	4
LPB0628 LPB0656 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	-	60	15		75	5
LPB0627 LPB0655 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em Matemática	-	60	30		90	6
LPB0624	Alfabetização e Letramento II	-	60			60	4
LPB0626	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	-	30		75	105	7
TOTAL			300	60	75	435	29
6ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0634 LPB0661 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos VI	LPB0629 LPB0657 (PCC)	30	15		45	3
LPB0632 LPB0660 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em História	-	60	15		75	5
LPB0631 LPB0659 (PCC)	Fundamentos e Metodologia em Geografia	-	60	15		75	5
Código será em acordo com a disciplina ofertada	Disciplina Optativa	-	60			60	4
LPB0633	Políticas Públicas da Educação	-	60			60	4
LPB0630	Estágio Supervisionado II –	LPB0626	30				



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Educação Infantil				60	90	6
TOTAL			300	45	60	405	27
7ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0639 LPB0663 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos VII	LPB0629 LPB0657 (PCC)	30	15		45	3
LPB0637	Gestão Educacional	-	60			60	4
LPB0638	Modalidades da Educação Básica I	-	60			60	4
LPB0640	Libras I	-	60			60	4
LPB0635	Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos	-	60			60	4
LPB0636	Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	30		75	105	7
TOTAL			300	15	75	390	26
8ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga horária (h)				
			Teórica	PCC	Prática	Total	Créditos
LPB0645 LPB0666 (PCC)	Pesquisa e Processos Educativos VIII	LPB0629 LPB0657 (PCC)	30	15		45	3
LPB0643	Modalidades da Educação Básica II	-	60			60	4
LPB0644	Libras II	-	30			30	2
LPB0646	Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação	-	60			60	4
LPB0642 LPB0665 (PCC)	Gestão Escolar	-	60	15		75	5
LPB0641	Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPB0636	30		75	105	7
TOTAL			270	30	75	375	25
CARGA HORÁRIA PARCIAL DO CURSO			2.370 h	405 h	285		
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES			200 h				
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.260 h				



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.4.2 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023

CURSO DE PEDAGOGIA – IFC – CAMPUS RIO DO SUL MATRIZ CURRICULAR – 2023							
1ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	Total
LPC0601	Pesquisa e Processos Educativos I	-	60	45	30		90
LPC0602	História da Educação	-	60				60
LPC0603	Filosofia da Educação	-	60				60
LPC0604	Pedagogia e Profissão Docente	-	60				60
LPC0605	Leitura e Produção Textual	-	60				60
TOTAL			270	45	30		330
2ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	Total
LPC0606	Pesquisa e Processos Educativos II	-	30	30	30		60
LPC0607	Educação, Sociedade e Trabalho	-	60				60
LPC0608	Infância e Pedagogia	-	60				60
LPC0609	Antropologia	-	30				30
LPC0610	Literatura e Educação	-	60				60
LPC0611	Psicologia da Educação	-	60				60
TOTAL			300	30	30		330
3ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	Total
LPC0612	Pesquisa e Processos Educativos III	-	30	30	30		60
LPC0613	Didática Geral	-	60				60
LPC0614	Infância e Educação Infantil	-	60				60
LPC0615	Linguística	-					



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

			30				30
LPC0616	Fundamentos e Metodologia em Artes	-	60	15	30		90
LPC0617	Linguagem, Corpo e Movimento	-	60				60
TOTAL			300	45	60		360

4ª FASE

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH Total
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	
LPC0618	Pesquisa e Processos Educativos IV	-	30	30	30		60
LPC0619	Alfabetização e Letramento I	-	60				60
LPC0620	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	-	60	15	30		90
LPC0621	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	-	60				60
LPC0622	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	-	60				60
LPC0623	Fundamentos em Matemática	-	30		15		45
TOTAL			300	45	75		375

5ª FASE

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	Extensão e Pesquisa	CH Prática		CH Total
			CH Teórica		PCC	Estágio	
LPC0624	Pesquisa e Processos Educativos V	LPC0601 LPC0606 LPC0612 LPC0618	30	15	15		45
LPC0625	Teorias Educacionais e Curriculares	-	60				60
LPC0626	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	-	60	15	30		90
LPC0627	Fundamentos e Metodologia em Matemática	-	60	15	30		90
LPC0628	Alfabetização e Letramento II	-	60				60
LPC0629	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	-	30			75	105



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

TOTAL			300	45	75	75	450
6ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH Total
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	
LPC0630	Pesquisa e Processos Educativos VI	LPC0624	30	15	15		45
LPC0631	Fundamentos e Metodologia em História	-	60	15	30		90
LPC0632	Fundamentos e Metodologia em Geografia	-	60	15	30		90
LPC0633	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	-	60				60
LPC0634	Políticas Públicas da Educação	-	60				60
LPC0635	Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	LPC0629	30			60	90
TOTAL			300	45	75	60	435
7ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH Total
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	
LPC0636	Pesquisa e Processos Educativos VII	LPC0624	30	15	15		45
LPC0637	Gestão Educacional	-	60				60
LPC0638	Modalidades da Educação Básica I	-	60				60
LPC0639	Libras	-	60				60
LPC0640	Educação, Diversidade e Inclusão	-	60				60
LPC0641	Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	30			75	105
TOTAL			300	15	15	75	390
8ª FASE							
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Carga Horária Presencial	CH Prática			CH Total
			CH Teórica	Extensão e Pesquisa	PCC	Estágio	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0642	Pesquisa e Processos Educativos VIII	LPC0624	30	45	15		45
LPC0643	Modalidades da Educação Básica II	-	60				60
LPC0644	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	-	60				60
LPC0645	Gestão Escolar	-	60	15	15		75
LPC0646	Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPC0641	30			75	105
Código será em acordo com a disciplina ofertada	Disciplina Optativa		60		15		75
TOTAL			300	60	45	75	420
CARGA HORÁRIA PARCIAL			3.090h				
DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO							
CARGA HORÁRIA TEÓRICA						2.370h	
CARGA HORÁRIA DE PCC						405h	
CARGA HORÁRIA ESTÁGIO SUPERVISIONADO – OBRIGATÓRIO (120 Teórica e 285 prática)						405h	
CARGA HORÁRIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO						330 h	
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES						200 h	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						3.290 h	

Diante do exposto, apresenta-se no quadro abaixo, uma síntese da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Quadro 6 – Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia	CH
Carga horária teórica	2.370 horas
Núcleo de Formação Geral	840 horas
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1.755 horas
Núcleo de Estudos Integradores	825 horas
Prática como Componente Curricular (PCC)	405 horas
Núcleo de Estudos Integradores: atividades curriculares complementares	200 horas
Carga horária mínima de optativas	75 horas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Estágio Curricular Supervisionado	405 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (previsto no componente PPE VIII)	45 horas
Curricularização da Extensão e da Pesquisa em Componentes Curriculares	330 horas
Carga horária Total do Curso	3.290 horas

6.4.3 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Quadro 7 – Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Código	Componente Curricular	Carga horária teórica	Carga horária PCC	Carga horária total
LPC0647	Fundamentos da Educação a Distância	60	15	75
LPC0648	Pedagogia em Espaços Não Escolares	60	15	75
LPC0649	Tópicos em Transtorno do Espectro do Autismo	60	15	75
LPC0650	Libras e Processos de Ensino Aprendizagem Bilíngues	60	15	75
LPC0651	Fundamentos e Metodologia em Ensino Religioso	60	15	75
LPC0652	Sociologia da Educação	60	15	75

6.5 CARGA HORÁRIA TOTAL E TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC (IFC, 2022) a carga horária total do curso de licenciatura precisa ser de, no mínimo, 3.210 horas e no máximo, 3.410 horas integralizadas em 4 anos (8 semestres).

O Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul está composto por 3.290 horas, distribuídas em seus quatro núcleos formativos: Núcleo de Formação Geral (Núcleo I); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II); Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III); Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV). Esta carga horária, 3.290 horas, prevê sua integralização em 8 semestres (4 anos) em seu tempo regular.

6.5.1 Tempo Máximo de Integralização do Curso

De acordo com a Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper:

A duração máxima de integralização curricular é a duração padrão do curso, acrescida em 50% (cinquenta por cento) deste período, incluindo o trancamento voluntário, exceto para curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, trancamentos compulsórios e as situações definidas no artigo 380, bem como no caso de pessoas com necessidades educacionais específicas que demandem adaptação curricular em quaisquer cursos. (IFC, 2021, p. 28).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Em um curso de 4 anos a duração máxima para integralização é de 6 anos, isto se aplica ao Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, para o qual o estudante terá 6 anos como máximo de tempo para integralização da sua Matriz Curricular de entrada no Curso, conforme é previsto nas situações descritas nos parágrafos 2º, 3º e 4º do Art. 128 da normativa supracitada.

O estudante que exceder a duração máxima é migrado automaticamente para estrutura curricular vigente. Ainda, o estudante que exceder a duração máxima e seu curso de origem tiver sido extinto, será migrado para curso em mesmo eixo ou área, e não havendo curso do mesmo eixo ou área, o estudante terá matrícula cancelada.

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A representação gráfica ilustra o que está previsto nos quatro núcleos: Núcleo de Formação Geral (Núcleo I); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II); Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III) e Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV), demarcados por componentes curriculares específicos para cada núcleo, distribuídos nos oito semestres que integralizam a matriz curricular do Curso.

Quadro 8 – Representação da Matriz Curricular 2023

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Pesquisa e Processos Educativos I	Pesquisa e Processos Educativos II	Pesquisa e Processos Educativos III	Pesquisa e Processos Educativos IV	Pesquisa e Processos Educativos V	Pesquisa e Processos Educativos VI	Pesquisa e Processos Educativos VII	Pesquisa e Processos Educativos VIII
História da Educação	Educação, Sociedade e Trabalho	Didática Geral	Alfabetização e Letramento I	Teorias Educacionais e Curriculares	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	Educação, Diversidade e Inclusão	Modalidades da Educação Básica II
Filosofia da Educação	Infância e Pedagogia	Fundamentos e Metodologia em Artes	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	Fundamentos e Metodologia em Geografia	Modalidades da Educação Básica I	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação
Pedagogia e Profissão Docente	Antropologia	Linguística	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	Fundamentos e Metodologia em Matemática	Fundamentos e Metodologia em História	Gestão Educacional	Gestão Escolar
Leitura e Produção Textual	Literatura e Educação	Infância e Educação Infantil	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	Alfabetização e Letramento II	Políticas Públicas da Educação	Libras	Disciplina Optativa



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

200 horas de Atividades complementares	Psicologia da Educação	Linguagem, Corpo e Movimento	Fundamentos em Matemática	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)							

Observação: cada cor representa um grupo de disciplinas conforme legenda abaixo.

Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral (Núcleo I):
Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II)
Componentes Curriculares do Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III): Estágios I, II, III, IV
Disciplina Optativa
Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV)
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

7.1 AÇÕES DE EXTENSÃO

As políticas institucionais do IFC, descritas no seu PDI, apresentam como princípio que todos os cursos se engajem em ações que rompam as fronteiras entre instituição de ensino e comunidade e isto também se aplica ao Curso de Pedagogia do *Campus* Rio do Sul. Tal princípio busca sua efetivação de políticas que correspondam ao tripé: ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa apresenta-se com potencialidade de estabelecer uma estreita articulação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar deve permear todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalização, que é a marca dos Institutos Federais.

Especificamente para o curso de Pedagogia do *Campus* Rio do Sul, o componente curricular de Pesquisa e Processos Educativos – PPE (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII) que perpassa do primeiro ao oitavo semestre do curso) estabelecem de maneira mais direta esta relação, embora todas as demais procuram ter a pesquisa como princípio pedagógico. Além dos componentes curriculares de PPE, os demarcados pelas metodologias específicas (Fundamentos e Metodologia em: Artes, Língua Portuguesa, Ciências Naturais, Matemática, História, Geografia) e também o de Gestão Educacional, preveem carga horária destinada à pesquisa e extensão, como se verá nos quadros que seguem.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Outra oportunidade se faz para a articulação entre pesquisa, ensino e extensão se dá pelo envolvimento dos docentes/discentes em eventos, tais como as Semanas Acadêmicas, colóquios, grupos de pesquisa, palestras e destacamos projetos próprios do curso de Pedagogia do IFC – Campus Rio do Sul. O Curso possui projetos próprios, visando atender esta demanda e dialogar com as políticas institucionais do IFC, a exemplo:

I - Projeto: Atividades de Aprofundamento científico-cultural (AACC). Descrição: Tem-se por objetivo central contribuir com a formação dos alunos dos cursos do IFC – *Campus* Rio do Sul, especialmente, para os do Curso de Pedagogia, podendo ser contabilizado como horas de Atividades Complementares para as licenciaturas, cuja exigência é de 200 horas de formação para o licenciado, segundo legislação em vigor; além disto, pretende-se contribuir com a formação continuada da comunidade em geral. Outro fator que justifica este projeto diz respeito à possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, oferecendo à comunidade externa a possibilidade de frequentar as atividades propostas (cursos, minicursos, oficinas, seminários, etc).

Para os acadêmicos e comunidade externa será possível fazer desses espaços/tempos oportunidades para investigar aspectos voltados às demandas de formação pessoal ou sociais ou de competência técnico-científica. Dentre os temas abordados terão prioridade: aqueles voltados para uma formação ética, crítica e humanística; que considerem as questões de diversidade cultural e científica necessárias para a formação da identidade profissional de sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem; que possam estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de caminhos e ressignificações de práticas pessoais, sociais, educacionais, tendo como responsabilidade promover ações para a cidadania, voltando-os às demandas sociais. Este projeto é desenvolvido no âmbito do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul/SC.

II - Projeto – Colóquios Integrados sobre questões educacionais contemporâneas. Descrição: Os colóquios integrados sobre temas educacionais contemporâneos são promovidos no IFC – Campus Rio do Sul, desde 2013 e, a princípio, de modo isolado pelos componentes curriculares de História da Educação e Teorias Educacionais e Curriculares, junto a turmas de licenciatura em Matemática e Física. Com a abertura do curso de Pedagogia e de outros docentes que integraram o corpo docente das licenciaturas, no ano de 2016, a perspectiva se alargou.

Atualmente, somam-se na promoção dos colóquios os componentes curriculares já citados – História da Educação, Teorias Educacionais Curriculares – as de Filosofia da Educação,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Antropologia, Fundamentos e Metodologia em História, dentre outras disciplinas do Curso de Pedagogia e/ou demais licenciaturas do Campus. Os temas dos colóquios integrados estão em diálogo com os objetivos e conceitos das Disciplinas envolvidas, em suas especificidades, e, sobretudo, no entrelaçamento e diálogo destas entre si procurando abordar, numa perspectiva dialógica e interdisciplinar. Dentre os temas listados, poderão ser abordados o que seguem, bem como outros que se apresentarem ao longo dos semestres e cujo trato venha a colaborar com a formação dos futuros licenciados. Dentre os temas destacam-se: os ligados à consciência da diversidade; os de natureza ambiental-ecológica; étnico-racial; de gêneros; de faixas geracionais; de classes sociais; religiosas; de necessidades especiais; de diversidade sexual; os que abordam as relações entre educação e trabalho; educação e diversidade; direitos humanos; cidadania; políticas públicas. Este projeto é desenvolvido no âmbito do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul/SC.

III - Projeto: Brinquedoteca: “Cem Linguagens”¹. Compreendida na concepção mais ampla do significado do brincar para as crianças, sobretudo, nos espaços institucionalizados para este fim, destacamos que o espaço da Brinquedoteca pretende se estabelecer por meio do ensino/pesquisa/extensão, considerando três demarcações: A Brinquedoteca como espaço de formação inicial (graduandos) e continuada (profissionais do magistério da comunidade). A Brinquedoteca como espaço de interação: docentes e demais servidores do campus; acadêmicos/professores da comunidade/crianças, etc. A Brinquedoteca como espaço de captação de recursos: para estágios / PCCs / oficinas para os acadêmicos, monitorias.

Ação também própria do curso de Rio do Sul é o evento instituído em 2019, “Pedagogia em Foco”, que ocorre na terceira semana do mês de novembro. Trata-se de um evento, em semana letiva, para docentes e discentes, aberto ao público externo. Os objetivos permeiam: constituir-se como oportunidade de ampliação e aprofundamento do processo formativo do pedagogo; possibilitar espaços de reflexão sobre as práticas pedagógicas, a partir dos estágios curriculares obrigatórios e das disciplinas de pesquisa e processos educativos; compartilhar com a comunidade (publicização) o percurso formativo dos estágios curriculares obrigatórios; compartilhar com a comunidade (publicização) resultados de pesquisa de TC.

De modo efetivo, por meio das considerações postas acima, é que o Curso articula sua proposta de curricularização da extensão e da pesquisa, conforme está descrito no item que segue.

¹ Inspirado na perspectiva da abordagem de Reggio Emilia, o projeto valoriza as várias linguagens que cada criança possui e propicia situações enriquecedoras para a manifestação de todo esse potencial criativo (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2015)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7.2 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

O PPC da Licenciatura em Pedagogia deve garantir o mínimo de 10% da carga horária total do curso para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC. A regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão foram definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e possuem Regulamento próprio nos apêndices deste PPC.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul a carga horária das atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa estão previstas em todos os componentes curriculares que possuem carga prática (PCC) e serão desenvolvidas do seguinte modo:

1. Como componente curricular específico, destinará carga horária integralmente para curricularização a pesquisa e extensão dos seguintes componentes curriculares: Pesquisa e Processos Educativos VIII (45h).
2. Como parte da carga horária de componentes curriculares, temos os seguintes componentes curriculares: Pesquisa e Processos Educativos I (45h); Pesquisa e Processos Educativos II (30h); Pesquisa e Processos Educativos III (30h); Pesquisa e Processos Educativos IV (30h); Pesquisa e Processos Educativos V (15h); Pesquisa e Processos Educativos VI (15h); Pesquisa e Processos Educativos VII (15h); Fundamentos e Metodologias específicos: Fundamentos e Metodologias em Artes (15h); Fundamentos e Metodologias em Língua Portuguesa (15h); Fundamentos e Metodologias em Ciências Naturais (15h); Fundamentos e Metodologias em Matemática (15h); Fundamentos e Metodologias em História (15h);



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Fundamentos e Metodologias em Geografia (15h); e ainda em Gestão Escolar (15h), somando 330 horas.

3. Como Atividades Curricularizáveis de Extensão e de Pesquisa (vinculadas aos projetos de AACC, Colóquios Sobre Questões Contemporâneas e Brinquedoteca).

Estão previstas no curso, portanto, 330 horas integradas de curricularização da extensão e da pesquisa, conforme previsto no Artigo 5 da Resolução 013/2022 do Consuper/IFC (que dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do IFC).

Quadro 9 – Componentes curriculares que apresentam curricularização da pesquisa e da extensão

Código	Componentes curriculares	CH total	CH Integrada de Extensão Pesquisa
LPC0601	Pesquisa e Processos Educativos I	90	45
LPC0606	Pesquisa e Processos Educativos II	60	30
LPC0612	Pesquisa e Processos Educativos III	60	30
LPC0618	Pesquisa e Processos Educativos IV	60	30
LPC0624	Pesquisa e Processos Educativos V	45	15
LPC0630	Pesquisa e Processos Educativos VI	45	15
LPC0636	Pesquisa e Processos Educativos VII	45	15
LPC0642	Pesquisa e Processos Educativos VIII	45	45
LPC0616	Fundamentos e Metodologia em Artes	90	15
LPC0620	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	15
LPC0626	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	90	15
LPC0627	Fundamentos e Metodologia em Matemática	90	15
LPC0631	Fundamentos e Metodologia em Geografia	90	15
LPC0632	Fundamentos e Metodologia em História	90	15
LPC0645	Gestão Escolar	60	15
TOTAL		1.050	330

Dada essa dimensão, a carga horária total do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul é de 3.260 horas. Para a curricularização da pesquisa e da extensão foi destinado o percentual de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

10% desta carga horária total do curso, de modo integrado entre extensão e pesquisa, a saber, de 330 horas.

Assim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão apresenta-se na organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, possibilitando a flexibilização dos tempos e dos espaços acadêmicos e extra acadêmicos, para os quais saberes necessários ao trabalho pedagógico conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração do conhecimento) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade), ancorados em uma dimensão significativa, crítica, criativa e duradoura, possibilitando que a prática pedagógica esteja sustentada por temas relevantes e congruentes ao percurso formativo do estudante, com relevância para a vida; crítica ao proporcionar a reflexão sobre os problemas sociais e o mundo/local onde se vive; criativa, onde por meio do conhecimento adquirido a realidade possa ser transformada de modo consciente e, duradoura para que a experiência vivenciada possa atuar como fonte, influenciando o modo de ser em diferentes situações futuras. (SILVA; GREZZANA, 2009).

7.3 LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e as deliberações próprias do *Campus* Rio do Sul. Estas, por sua vez, foram definidas ao longo de acordo com as demandas formativas dos egressos – segundo o perfil do futuro pedagogo –, podendo incorrer em proposição de grupos de pesquisas das grandes áreas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O curso tem ainda como princípio o ensino com pesquisa e extensão, numa dimensão destas como princípio educativo. Esta perspectiva pretende ser materializada por meio das disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores – Pesquisa e Processos Educativos – a qual perpassa todos os semestres do curso, com suas especificidades a cada um dos semestres, tendo por objetivo inserir o estudante na prática social/campo de atuação profissional (desde o início da formação). Neste aspecto, a pesquisa será concebida como forma de leitura e apreensão da realidade e como ferramenta de proposição de intervenção *na* em *com* a prática social, em articulação com o campo educacional.

Propõe-se a articulação com as seguintes linhas de pesquisa que também visam traduzir a curricularização da pesquisa e da extensão articulada ao ensino, garantindo-se a indissociabilidade destes três eixos:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Linha 1: Trabalho e Educação;

Linha 2: Educação em Ciências, Matemática e Tecnologias;

Linha 3: Estado, Políticas Públicas e Educação;

Linha 4: Filosofia e História da Educação;

Linha 5: Formação de Professores, Currículo, Trabalho Docente e Avaliação;

Linha 6: Linguagem e Arte em Educação;

Linha 7: Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano;

Linha 8: Educação, Diversidade e Inclusão.

7.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

De acordo com o artigo 123 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021), as atividades complementares são obrigatórias nos cursos de graduação. De forma a proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, é obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam ensino, extensão, pesquisa e inovação. No curso de Pedagogia, os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 200 horas de atividades complementares.

O licenciado deverá estar apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, sócio-econômico- ambientais e do processo de ensino aprendizagem, sendo que as atividades acadêmicas terão fundamental importância neste processo.

Para concretização desse conjunto de atividades – 200 horas – no currículo, faz-se necessário a apresentação das cópias dos certificados ou documentos comprobatórios. O processo de validação ocorrerá após a análise do requerimento destinado ao Coordenador de Curso, através do Protocolo Acadêmico. As atividades complementares são de livre escolha do licenciando, desde que estejam em consonância com as normativas institucionais, com o PPC do Curso que prevê que o estudante deverá ter suas horas complementares distribuídas nas três dimensões – ensino, pesquisa, extensão, não necessariamente de modo equitativo, mas figuradas nas dimensões formativas citadas.

Como já explicitado o curso de Pedagogia do *Campus* Rio do Sul desenvolve projetos e atividades formativas científico-cultural (feiras, oficinas, semanas acadêmicas, mostras, colóquios,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

palestras, etc.), cujo objetivo central é contribuir com a formação dos estudantes do Curso, podendo contar como horas complementares. Outrossim, parte delas são voltadas para os demais da comunidade interna e também externa ao IFC.

7.5 ATIVIDADES DE MONITORIA

As monitorias em disciplinas e ou projetos pertencentes ao currículo do curso de graduação em pedagogia, são consideradas atividades teórico-práticas de aprofundamento, para fins de integralização da carga horária do currículo do curso.

As atividades de monitorias serão regulamentadas pela Resolução nº 014/2019 do CONSUPER que dispõe sobre a regulamentação do Programa de Monitoria do IFC, definindo duas modalidades: a) as atividades de monitoria remuneradas, com bolsa, preferencialmente; e b) não-remuneradas ou voluntárias.

A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

- I - Propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver e compartilhar suas habilidades e competências para a carreira docente nas funções de ensino;
- II - Assegurar a cooperação didática entre o corpo docente e discente nas funções universitárias;
- III - Oferecer aos acadêmicos oportunidades de complementação e aprofundamento de conteúdos e estratégias de ensino nas diversas disciplinas.
- IV - Contribuir para a formação complementar do acadêmico.

A atividade de monitoria será exercida por acadêmico regularmente matriculado, durante o período letivo e de acordo com as normas específicas de cada modalidade citada em regulamento próprio que poderão ser desenvolvidas tanto em disciplinas do curso quanto nos espaços da Brinquedoteca e do Laboratório Pedagógico (LAPED).

Cabe ao professor da disciplina, solicitar o auxílio de monitor mediante projeto de monitoria para a respectiva disciplina a ser encaminhado ao coordenador do curso.

Em todas as modalidades, após o cumprimento do programa de monitoria, o monitor receberá um certificado emitido pela secretaria acadêmica do referido *Campus* do Instituto Federal Catarinense, se aprovado na avaliação.

O *Campus* poderá oferecer aos seus acadêmicos a modalidade de monitoria com bolsa auxílio em disciplinas já cursadas pelo acadêmico. Nesta modalidade, o acadêmico monitor recebe ajuda de custo, fixada em proposta apresentada pela direção geral, durante o período em que estiver



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

realizando esta atividade.

Para candidatar-se a esta modalidade o acadêmico deve: comprovar a aprovação na disciplina, com nota mínima de 6,0 (seis) por meio do histórico escolar; ser indicado, após selecionado em teste classificatório específico, a ser proposto e aplicado por comissão especialmente designada para este fim, segundo critérios e procedimentos estabelecidos em edital. Caberá ao coordenador do curso referendar e homologar a classificação indicada pela comissão.

O programa de monitoria com bolsa auxílio, indicando o número de bolsas e respectivos valores, poderá ser proposto anualmente pela Reitoria do IFC.

São atribuições do monitor: dedicar 50% da carga horária da monitoria para o atendimento/auxílio aos discentes; auxiliar o docente nas atividades didático-pedagógicas; atendimento e orientação de alunos, em períodos por ele já cursados; atender pequenos grupos em horários que não coincidam com os seus horários de aula. É vedado ao monitor elaborar, aplicar ou corrigir provas, ministrar aulas como substituto ou outras funções exclusivamente docentes.

Em relação ao regime de trabalho, o programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação empregatícia entre o aluno e a Instituição. O monitor exerce suas atividades sob orientação de professor responsável que zelará pelo cumprimento das atividades previstas. O horário das atividades do monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes e será fixado no ato de designação, a carga horária compatível com as funções e atividades a serem desempenhadas. As atividades do monitor obedecem, em cada semestre, ao projeto elaborado pelo professor, aprovado pelo coordenador do curso nas duas modalidades.

Para divulgação e supervisão das monitorias, o edital para seleção de monitores na modalidade de bolsa auxílio em disciplinas já cursadas deverá constar obrigatoriamente: os critérios para seleção dos monitores; os planos de trabalho do programa de monitoria; os mecanismos de acompanhamento e avaliação pelo professor supervisor do trabalho do monitor; a forma de controle do encaminhamento da frequência dos monitores.

7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

No IFC, o Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução 054/2010 IFC/Consuper. O TCC na Pedagogia será obrigatório para todos os estudantes e será realizado levando em consideração os subsídios recebidos por ocasião das disciplinas de Pesquisa e Processos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Educativos (1º ao 8º semestre), e deverá ser apresentado, preferencialmente, sob a forma de um trabalho acadêmico produzido por dois estudantes.

O TCC tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política, considerando as linhas de pesquisa do Curso para proposição da temática e objeto. Deverá apresentar, de forma crítica, um aprofundamento dos estudos realizados ao longo do processo de formação, bem como poderá propor novas metodologias para o exercício da profissão docente em seus diferentes campos de atuação.

O desenvolvimento do TCC será orientado por docentes efetivos do curso de Pedagogia, os quais devem ser preferencialmente pedagogos. A defesa desses conhecimentos será feita na forma de apresentação a uma banca examinadora. Além da defesa, haverá um momento de socialização dos resultados da pesquisa no evento Pedagogia em Foco (sessão de pôsteres). Será considerado aprovado o estudante que apresentar o TCC de acordo com os padrões definidos pela instituição e for aprovado pela banca examinadora, além do cumprimento de todos os requisitos mínimos exigidos.

As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TCC, bem com sua regulamentação constam no Regulamento das Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII), nos apêndices deste PPC. Pré-requisitos para as PPEs:

- Para cursar a PPE V, os acadêmicos deverão primeiro cursar e ser aprovados nas PPEs I, II, III e IV;
- Para cursar as PPEs VI, VII e VIII, os acadêmicos deverão primeiro cursar e ser aprovados na PPE V;
- O professor orientador de TCC não poderá solicitar o agendamento de defesa de trabalhos monográficos cujos orientandos não tenham sido aprovados nas PPE I, II, III, IV, V, VI e VII, porém, será permitido a estes acadêmicos a matrícula e a frequência em PPE VIII.

Caberá ao professor da disciplina de PPE VIII elaborar e divulgar previamente o cronograma com a(s) data(s) reservada(s) para o agendamento das defesas de TCC, as quais deverão ocorrer dentro do semestre em que este componente curricular estiver sendo ofertado.

Os acadêmicos que porventura não conseguirem defender o TCC na(s) data(s) estabelecida(s) no cronograma de defesas da PPE VIII poderão encaminhar requerimento de prorrogação de prazo ao Colegiado do curso, que deverá analisar a justificativa apresentada pelos acadêmicos e emitir parecer deferindo ou indeferindo a solicitação. Em caso de deferimento, a defesa do TCC deverá



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

ocorrer em até 90 dias contados do início do semestre subsequente. Caso o requerimento seja indeferido pelo Colegiado, os estudantes deverão repetir o componente curricular de PPE VIII, no ano seguinte, cabendo ao professor orientador solicitar novamente o agendamento da defesa, conforme cronograma da disciplina.

7.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, regulamentado pelo documento que trata da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2022), sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico, conforme prevê Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) dos Cursos do IFC.

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Pedagogia tem por objetivo principal a vivência do aluno na prática docente. O Estágio Curricular Supervisionado do curso constituirá, portanto, um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da Educação Básica e gestão pedagógica em espaços institucionais e se completa com a realização do estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso terá carga horária de 405 horas, conforme prevê o documento que trata da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2022).

O Estágio Curricular Supervisionado será obrigatório como parte integrante do currículo do curso. Será realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional do aluno com situações, contextos e instituições de ensino formal, permitindo a experiência formativa em que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes problematizadas ao longo da formação possam ganhar significado na prática social/profissional. Será realizado nas seguintes etapas: Estágio Supervisionado I – Educação Infantil; Estágio Supervisionado II – Educação Infantil; Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para a etapa formativa o estudante deverá observar:

- Não poderá cursar o Estágio Supervisionado II – Educação Infantil, sem ter cursado e ter



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sido aprovado no Estágio Supervisionado I – Educação Infantil;

- Não poderá cursar o Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sem ter cursado e ter sido aprovado no Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O estágio curricular supervisionado obedecerá ao disposto na Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008); ao documento que trata da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2022); Resolução nº 10/2021 que trata Organização Didática dos cursos do IFC (IFC 2021); e Regulamento de Estágios do Curso de Pedagogia do Campus Rio do Sul.

O Estágio Curricular Supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre os estudos teórico-práticos – práxis –, e tem como propósito a inserção do futuro egresso do Curso de Pedagogia no mundo do trabalho. Neste sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção *na e com* a realidade das instituições de ensino - campos de estágio;
- inserir o futuro pedagogo na realidade educacional brasileira;
- avaliar a prática pedagógica como pedagogo em construção;
- possibilitar a compreensão da relação teoria e prática.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia será realizado preferencialmente em duplas e, casos excepcionais, individualmente ou em trios, em 04 (quatro) componentes curriculares, nas quais ocorrerão a observação, inserção e a intervenção pedagógica, de acordo com o período letivo do curso:

- Estágio Supervisionado I - Educação Infantil (5º semestre) - 105h. Nesta etapa, o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em centros de Educação Infantil e turmas da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica. Estão previstas ainda tarefas de estudo individual e coletivo, planejamento, produção escrita, debates e socialização em forma de Seminário.
- Estágio Supervisionado II - Educação Infantil (6º semestre) - 90h. Nesta etapa, o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada às unidades de Educação Infantil,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica. Estão previstas ainda tarefas de estudo individual e coletivo, planejamento, produção escrita, debates e socialização em forma de Seminário ou Mostra, eventos abertos à comunidade interna/externa.

- Estágio Supervisionado III - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (7º semestre) - 105h. Nesta etapa, o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica. Estão previstas ainda tarefas de estudo individual e coletivo, planejamento, produção escrita, debates e socialização em forma de Seminário.

- Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (8º semestre) - 105h. Nesta etapa, o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica. Estão previstas ainda tarefas de estudo individual e coletivo, planejamento, produção escrita, debates e socialização em forma de Seminário ou Mostra, eventos abertos à comunidade interna/externa.

Observa-se que, de acordo com a Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021); Resolução n. 10/2021, Artigo 401, § 3º, não há regime de exercícios domiciliares para atividades de Estágio Curricular Supervisionado, garantindo-se o trancamento da matrícula do estudante no componente.

Cada um dos componentes de estágio terá destinação de 2 (duas) aulas semanais noturnas, previstas no quadro de horários do semestre e 5 (cinco) aulas semanais no período diurno, destinadas às práticas acompanhadas pelo docente orientador de estágio

O Estágio Curricular Supervisionado articula e complementa o processo de ensino-aprendizagem; compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho. Realiza a vinculação necessária ao conjunto integrado e indissociável da base cultural, educacional, instrucional do curso, consubstanciada pela matriz curricular.

As atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação correspondentes ao estágio curricular supervisionado estão designadas por Regulamento específico, elaborado por Grupo de Trabalho e NDE, e aprovado pelo colegiado do curso. O Regulamento de Estágios do curso de Pedagogia do Campus Rio do Sul consta no “Apêndice B” deste PPC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado indica as diferentes modalidades de operacionalização, formas de apresentação e avaliação de relatórios parcial e final.

Todos os estágios serão realizados a partir de um planejamento, o que inclui a elaboração de um roteiro para observação, a inserção do estudante no campo de estágio e a intervenção, de acordo com cada etapa destinada para a prática da docência. Ao final de cada estágio, é elaborado um relatório, sendo o processo apresentado no Seminário de Socialização. O estudante deverá concluir integralmente todos os estágios no prazo máximo de conclusão do curso (integralização curricular).

Sobre a progressão dos acadêmicos nos componentes curriculares de estágio supervisionado, o Regulamento próprio observa em seu Capítulo VIII:

Art. 26 O acadêmico que porventura apresente reprovação ou que não tenha cursado os estágios I e III estará impossibilitado de matricular-se nos estágios II e IV, respectivamente.

Parágrafo único: para poder efetuar a sua matrícula nos estágios II e IV o acadêmico deverá matricular-se novamente na disciplina de estágio que estiver pendente e ser aprovado.

Será considerado aprovado no Estágio Curricular Supervisionado o estagiário que obtiver média e frequência de acordo com a legislação em vigor. O processo de acompanhamento e avaliação do estágio estará a cargo do professor orientador de estágio.

7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório

Além do Estágio Curricular Supervisionado, o estudante poderá realizar estágio não obrigatório (extracurricular) em qualquer período do curso, desde que seguidas as normas institucionais e regulamentares do IFC e do *Campus*. As normativas deste estágio estão disponíveis na Coordenação de Extensão, Estágio e Egressos (CEEE), setor do *Campus* responsável pelo mesmo.

O estágio não obrigatório poderá ser considerado na carga horária das atividades complementares exigidas para a conclusão do curso, conforme normativa institucional para validação das 200 horas exigidas.



8 AVALIAÇÃO

8.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com Luckesi (1999) a avaliação compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem contempla as seguintes modalidades:

- *avaliação diagnóstica*: verificar a presença ou a ausência de pré-requisitos para aprender novos conteúdos;
- *avaliação formativa*: por meio de instrumento próprio e visa informar se os objetivos foram alcançados e se há necessidade de adaptações/modificações;
- *avaliação somativa*: por meio de instrumento próprio de verificação de desempenho cognitivo, de habilidades, tem a função de avaliar os alunos conforme os resultados de aproveitamento alcançados, auxiliando no grau de alcance dos objetivos propostos.

Para Luckesi (1999, p. 166):

[..] a avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

A avaliação dos acadêmicos do Curso de Pedagogia terá como base as orientações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu Artigo 24, inciso V, especialmente no que diz respeito aos seguintes princípios e critérios:

- avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;
- aproveitamento de estudos concluídos com êxito e;
- obrigatoriedade de estudos de recuperação paralelos ao período letivo.

Na Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) dos Cursos do IFC (2021), encontram-se as orientações sobre o processo avaliativo. Diante das prescrições contidas na regulamentação institucional, a avaliação no Curso de Pedagogia tem por



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

objetivos possibilitar a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa. Além disso, deverá analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina. Cabe ao professor fazer os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço dos processos de ensino e de aprendizagem.

As práticas formais de avaliação serão realizadas de formas diversificadas buscando contemplar os limites definidos nas normas internas do IFC, tais como: preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, viagens técnicas e ou de estudos, estágios, produções escritas, dentre outros instrumentos que possam contribuir para o processo.

A sistemática de avaliação das disciplinas será apresentada a cada início de semestre letivo à turma, para ser discutida e compreendida – (acordos didáticos), quando da apresentação do Plano Pedagógico de Ensino/Plano de Ensino, devendo conter os critérios, instrumentos e datas/periodicidade de avaliação. Cada disciplina deverá realizar no mínimo três processos avaliativos – devidamente registrados no diário.

Em reconhecimento à autonomia didático-pedagógica dos professores; entendendo a avaliação enquanto processo formativo e relevância de modos diversos de interação e mediação entre os acadêmicos, os trabalhos/provas/atividades/etc, na sua diversidade de propostas, poderão ser realizados individual ou coletivamente (em duplas, trios, etc), neste último caso, deverão permanecer a cooperação e coparticipação no grupo. Estes aspectos estarão previstos nos Planos de Ensino das disciplinas que deverão ser apresentados aos estudantes no início do período letivo (semestre), conforme prevê a Resolução nº 010/2021 (IFC, 2021) dos Cursos do IFC (Capítulo II – Da avaliação da aprendizagem e da assiduidade) ou normativas vigentes e em conformidade com as propostas deste PPC.

Quanto à assiduidade, considerar-se-á aprovado em cada disciplina, o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 6,0 (seis inteiros), sem direito a exame final.

O Curso compreende a avaliação como *ato continuum*, sendo a mesma processual, articulada ao ensino e aprendizagem, e que a média semestral deve ser gerada obrigatoriamente a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

partir de no mínimo três avaliações para um maior aproveitamento e adensamento das modalidades de avaliação dentro dos componentes curriculares. Entretanto, observa-se que em algumas atividades, a exemplo do TCC ou dos componentes curriculares dos estágios obrigatórios, poderá ser aplicada apenas uma nota final, a qual constará no histórico acadêmico dos estudantes.

8.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069 CONSUPER/2014.

Periodicamente, o NDE e o colegiado do curso de Pedagogia se reunirá com o objetivo de analisar e proceder a avaliação interna, com base nas informações produzidas pelos seguintes instrumentos:

- I - Autoavaliação Institucional realizada pela CPA/CLA;
- II - Avaliações externas realizadas no âmbito do MEC: Renovação de Reconhecimento de Curso, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, Recredenciamento Institucional, dentre outros previstos na legislação vigente;
- III - Plano Estratégico Institucional para a Permanência e o Êxito dos Estudantes;
- IV - Indicadores Acadêmicos disponíveis em plataformas oficiais (Censo Interno, Censo da Educação Superior, entre outros);
- V - Relatórios de Acompanhamento de Ingresso nos Cursos;
- VI - Acompanhamento de Egressos;
- VII - Espaço de escuta com corpo docente do curso, técnicos administrativos e estudantes, referente aos elementos do PPC, tais como: práticas profissionais, curricularização, integração, processo avaliativo, TCC, atividades complementares/diversificadas, atividades EAD, entre outros.

A avaliação interna do curso considera, basicamente, três conjuntos de elementos: as condições, os processos e os resultados:

- Condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- Processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão);



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação IES/sociedade;

- Resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mundo do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em Pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros).

De acordo com as normativas do IFC, deve haver uma comissão instituída em cada Campus – a Comissão Local de Avaliação (CLA) – com o objetivo de coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados requeridos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

8.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O Curso de Pedagogia do IFC – Campus Rio do Sul, quanto ao aproveitamento de estudos observa as orientações estabelecidas na Resolução nº 010/2021 – Organização Didática do IFC (2021), Seção II:

Art. 406 - Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento.

§ 1º O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

§ 2º Os cursos a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento.

Art. 407 O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na CRACI e instruído com:

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

§ 1º Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

§ 2º Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

Art. 408 O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

§ 1º O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado.

§ 2º É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

aproveitados.

Art. 409 Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Parágrafo único. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

Embora atendendo os aspectos das normativas do IFC, observa-se que o Curso de Pedagogia do IFC – Campus Rio do Sul, não validará os seguintes componentes curriculares: os Estágios Supervisionados Obrigatórios (I, II, III, IV); disciplinas que tenham carga horária de PCC; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

8.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade do estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC Curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Rio do Sul, de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021).

O estudante terá direito a realizar provas/atividades de Avaliação do Extraordinário Saber, conforme o que está definido na Resolução supracitada. Como um instrumento de flexibilização curricular, permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso, todavia, observando alguns critérios:

- O estudante não pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais tiver sido reprovado, seja por frequência ou nota;
- a solicitação da aplicação do instrumento deve obedecer o prazo previsto em calendário acadêmico;
- o estudante só pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber relativa a determinado componente curricular se tiver cumprido com aprovação o(s) pré-requisito(s) do mesmo, quando houver;
- a Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez;

Embora atendendo os aspectos das normativas do IFC, observa-se que o Curso de Pedagogia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

do IFC – Campus Rio do Sul, não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos seguintes componentes curriculares: os Estágios Supervisionados Obrigatórios (I, II, III, IV); disciplinas que tenham carga horária de PCC; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

8.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao graduado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso. Após a integralização das disciplinas previstas e após a aprovação do relatório de Estágio Obrigatório e Trabalho de Curso, o aluno estará apto a receber o Diploma de Licenciado em Pedagogia, por documento expedido pelo IFC, conforme legislação em vigor.

A emissão de certificados e diplomas ficará a cargo da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Aos *campi*, caberá o controle da vida acadêmica do aluno, a oferta de extensão, sua organização e controle. Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer declaração de conclusão de curso.

O diploma registrado confere ao seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional da carreira de nível superior.

Atualmente, ao concluir todos os requisitos, o formando se dirige à Secretaria Acadêmica e preenche o requerimento de Colação de Grau e solicita o Diploma.

Observa-se:

- A habilitação concluída será averbada no verso do Diploma.
- A emissão de 2ª via do diploma dar-se-á com ônus para o solicitante.
- A entrega do diploma será efetivada pela Coordenação de Registros Acadêmicos/Escolares e a Secretaria Acadêmica é responsável pela entrega, a qualquer tempo, aos formados. Para a solicitação da emissão do Diploma, o aluno concluinte estará sujeito às seguintes condições:
 - Não ter débito junto à Biblioteca Central, Reprografia, Coordenação-Geral de Assistência ao Educando, Laboratórios e Órgãos que emprestem materiais/equipamentos;
 - Não ter débito de documentação junto à Coordenação de Registros Acadêmicos/Escolares;
 - Ter participado da solenidade de outorga de grau;
 - Os dados de Diplomação constarão do “Livro de Registro de Diplomas”.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

9 EMENTÁRIO

9.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	Carga Horária	90h
Ementa	Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.		
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Djanira Soares de Oliveira e (Org). Pesquisa qualitativa: em busca do significado. 2. ed. Curitiba: CRV, 2014. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.		
Bibliografia Complementar	FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2012. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.		

Componente Curricular	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena, quilombola.
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2010. CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999. SILVA, Maria Abádia. Educadores e educandos: tempos históricos. 3. ed. (atualizada e revisada). Brasília: Unb, 2008. Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013605.pdf
Bibliografia Complementar	ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011. BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, Thomson, 2003. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org). 500 anos de educação no Brasil. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Componente Curricular	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e Educação.		
Bibliografia Básica	SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 143 p. ISBN 9788571109674. SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. Textos básicos de filosofia: dos pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 183 p. ISBN 9788571105201.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. <i>Ética e cidadania</i> . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. 71 p. (Polêmica). ISBN 8516004587-0.
Bibliografia Complementar	GADOTTI, Moacir. <i>História das ideias pedagógicas</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. GILES, Thomas R. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: EPU, 2011. PORTO, Leonardo Sartori. <i>Filosofia da educação</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2006. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. <i>Filosofando: volume único: introdução à filosofia</i> . 5.ed. São Paulo: Moderna, 2015. 280 p. ISBN 9788516085551. ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>Emílio, ou, Da educação</i> . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 711 p. ISBN 9788580631326.

Componente Curricular	PEDAGOGIA E PROFISSÃO DOCENTE	Carga Horária	60h
Ementa	Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.		
Bibliografia Básica	BRZEZINSKI, Iria. <i>Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento</i> . 9. ed. São Paulo: Papirus, 2012. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Pedagogia e pedagogos, para quê?</i> 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ÁVILA, Cristina d' (Org.). <i>Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas</i> . 2. ed. São Paulo: Papirus, 2012.		
Bibliografia Complementar	FONTANA, Roseli Ap. <i>Cação. Como nos tornamos professoras?</i> 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. FRANCO, Maria Amélia Santoro. <i>Pedagogia como ciência da educação</i> . 2. ed. rev.ampl. São Paulo: Cortez,2008. GUARNIERI, Maria Regina (Org.). <i>Aprendendo a ensinar: o caminho</i>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>nada suave da docência. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, Araraquara: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005.</p> <p>ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar na prisão: o olhar de alunos e professores. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.</p> <p>PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; Martínez Miquel. Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.</p>		
Bibliografia Básica	<p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>LOUSADA, Eliane Gouveia; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica - texto acadêmico - diário de pesquisa - metodologia. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas (SP): Pontes, 2015.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss; DIONISIO, Angela Paiva (Org.). Gênero, agência e escrita. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital, 2008.</p> <p>INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1996.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PERISSÉ, Gabriel. Ler, pensar e escrever. 5. ed., rev., atual e ampl. São</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Paulo: Saraiva, 2011.
--	-----------------------

2ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	Carga Horária	60h
Ementa	Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Djanira Soares de Oliveira e (Org). Pesquisa qualitativa: em busca do significado. 2. ed. Curitiba: CRV, 2014. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2012 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.		

Componente Curricular	EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO	Carga Horária	60h
Ementa	Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo–fordismo e acumulação flexível. As relações		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	entre Trabalho, sociedade e Educação. Formação omnilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.
Bibliografia Básica	MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
Bibliografia Complementar	FERRETTI, Celso João et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. KUENZER, Acacia Zeneida et al. Trabalho e formação de currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

Componente Curricular	INFÂNCIA E PEDAGOGIA	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos e campos de estudo sobre criança e infância. Aspectos epistemológicos da relação infância, sociedade e educação. A infância como tempo de direitos. Produção cultural da criança e para a criança. A criança na pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas (SP): FAPESP, Autores Associados, 2001. OLIVEIRA, Zilma de (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.</p> <p>COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 58 p (Ciências sociais passo-a-passo.). ISBN 9788571108554.</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>MACHADO, Maria Lucia A. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de, (Org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a Educação Infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>
------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ANTROPOLOGIA	Carga Horária	30h
Ementa	A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação.		
Bibliografia Básica	<p>GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2015. 158 p. (Antropologia social). ISBN 9788521612551.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 205 ISBN 9788511070309.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, c1986. 117 p. (Coleção antropologia social). ISBN 9788571104389.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>FREITAS, Fátima e Silva de. A diversidade cultural como prática na</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	educação. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	LITERATURA E EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. Literatura infantil e juvenil: a formação do leitor. A literatura infantil através da história. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Literatura e as múltiplas linguagens. O professor-leitor na constituição de leitores. Leitura em sala de aula.		
Bibliografia Básica	BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? sociolinguística & educação . São Paulo: Parábola, 2005. CARRAHER, Terezinha Nunes; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MEIRELES, Cecília. Problemas da literatura infantil. 4. ed. Rio de Janeiro: Global, 2016.		
Bibliografia Complementar	BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 6. ed. -. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1996. ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas (SP): Pontes, 2015. SANTOS, Fábio Cardoso dos. Alfabetizar letrando com a literatura infantil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a Literatura Infantil Brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.		

Componente Curricular	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
------------------------------	-------------------------------	----------------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.
Bibliografia Básica	BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús.; MARCHESI, Alvaro.; MURAD, Fatima.; BAPTISTA, Claudio Roberto. Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. (vol. 2). VIGOTSKY, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alexei N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.
Bibliografia Complementar	DE BONIS RACY, Paula M. P. Psicologia da Educação: origem, contribuições, princípios e desdobramentos. Curitiba: Intersaberes, 2012. FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Maria Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 8. ed. São Paulo: Summus, 1992. LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 3 ed. rev., ampl. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2018. SILVA, Gustavo T. França. Desenvolvimento humano nas diferentes faixas geracionais: abordagens psicopedagógicas e psicológicas. Curitiba: Intersaberes, 2022.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	Carga Horária	60h
Ementa	O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	<p>COSTA, Marisa Vorraber, (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>MOREIRA, Marco A. Metodologias de pesquisa em ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.</p>		

Componente Curricular	DIDÁTICA GERAL	Carga Horária	60h
Ementa	Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino–aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	aprendizagem.
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. VEIGA, Ilma Passos Alencastro, (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. DOLL, Johannes; ROSA, Russel Teresinha Dutra da (Org). Metodologia de ensino em foco: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS, 2004. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico- crítica. 5. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2011. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da. Linguagem, conhecimento, ação: ensaios de epistemologia e didática. 2. ed. - . São Paulo: Escrituras, 2007.

Componente Curricular	INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	60h
Ementa	História e função social das instituições de Educação Infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação.		
Bibliografia Básica	KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas (SP): FAPESP, Autores Associados, 2001. OLIVEIRA, Zilma de (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & Educação . São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SCHILLER, Pam; ROSSANO, Joan. Ensinar e aprender brincando: mais de 750 atividades para Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>
------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	LINGUÍSTICA	Carga Horária	30h
Ementa	Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.		
Bibliografia Básica	<p>ABAURRE, Maria Luiza Marques; PONTARA, Marcela Nogueira; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Português: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2010.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? sociolinguística & educação . São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>CARRAHER, Terezinha Nunes; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas (SP): Pontes, 2015.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é linguística. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.</p> <p>WACHOWICZ, Teresa Cristina. Análise linguística nos gêneros</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	textuais. São Paulo: Saraiva, 2012.
--	-------------------------------------

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM ARTES	Carga Horária	90h
Ementa	Concepções de arte na educação a partir da história do ensino de artes no Brasil. Abordagens metodológicas em arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de artes. Planejamento e avaliação em artes. Currículo e práticas pedagógicas em artes.		
Bibliografia Básica	OLIVEIRA, Jô; GARCEZ, Lucília. Explicando a arte: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. OLIVEIRA, Jô; GARCEZ, Lucília. Explicando a arte: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. STRICKLAND, Carol; BOSWELL, John. Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.		
Bibliografia Complementar	FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas a fios: um ensaio sobre música e educação. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008. MANGE, Marilyn Diggs. Arte barroca brasileira para crianças. São Paulo: Martins Fontes, 1999. SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. Descobrimo a história da arte. São Paulo: Ática, 2008. UTUARI, Solange. Encontros com arte e cultura. São Paulo: FTD, 2012 ZAGONEL, Bernadete. Pausa para ouvir música: um jeito fácil e agradável de ouvir música clássica. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.		

Componente Curricular	LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO	Carga Horária	60h
Ementa	Corpo, sociedade e escola: aspectos socio-históricos. Corpo, movimento, educação e escola.		
Bibliografia Básica	FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 1998.</p> <p>SOARES, Carmen Lúcia (Org.). Corpo e história. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BETTI, Mauro. Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2013.</p> <p>ELBAS, Murilo; SIMÃO, Roberto. Em busca do corpo: exercícios, alimentação e lesões. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2004</p> <p>GORLA, José Irineu (Org.). Educação física adaptada: o passo a passo da avaliação. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Phorte, 2013.</p> <p>GUISELINI, Mauro Antonio. Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Phorte, 2006.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p>

4ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	Carga Horária	60h
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	<p>COSTA, Marisa Vorraber, (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p>		
Bibliografia	CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Complementar	<p>sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. Aprendendo a observar. 3. ed. São Paulo: EDICON, 2015.</p> <p>DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GATTI, Bernadete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília, DF: Líber Livro, 2012.</p> <p>MOREIRA, Marco A. Metodologias de pesquisa em ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.</p>
--------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I	Carga Horária	60h
Ementa	Alfabetização e Letramento: contextualização histórica. História e Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. A função social da escrita.		
Bibliografia Básica	GARCIA, Regina Leite (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.		
Bibliografia Complementar	BALTAR, Marcos. Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012. FERREIRO, Emília; LICHTENSTEIN, Diana Myriam (Trad. et al.). Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. 4. ed. Campinas (SP): Komedi, 2008. MOLLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. Letramento em EJA. São		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Paulo: Parábola Editorial, 2009. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, c1998.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária	90h
Ementa	Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.		
Bibliografia Básica	FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 23. ed. Petrópolis : Vozes, 2011. ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas (SP): Pontes, 2015. ROJO, Roxane Helena R. (Org). A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCNs . São Paulo: Mercado de Letras; Campinas: Mercado de Letras, 2008.		
Bibliografia Complementar	ABAURRE, Maria Luiza Marques; PONTARA, Marcela Nogueira; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Português: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2010. ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, c2003. CARNEIRO, Agostinho Dias. Da interpretação à redação. São Paulo: Moderna, 1998. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso; 1998.		

Componente	JOGO, BRINQUEDO E	Carga	60h
-------------------	--------------------------	--------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Curricular	BRINCADEIRA	Horária	
Ementa	História e papel social dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Relação entre o jogo, brinquedo, brincadeira e o lúdico. Jogo, brinquedo e brincadeira e o processo ensino-aprendizagem.		
Bibliografia Básica	BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 1998.		
Bibliografia Complementar	FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2009. HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2016. KRÖGER, Christian; ROTH, Klaus. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005. OLIVEIRA, Vera Barros de. O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.		

Componente Curricular	DIDÁTICA: EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	Carga Horária	60h
Ementa	Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional. Relação entre Projeto Político Pedagógico, planejamento e avaliação. Planejamento e metodologias de ensino na Educação Infantil e anos iniciais. Princípios e funções da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento.		
Bibliografia Básica	GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2014. HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. HOFFMANN, Jussara. Avaliar: respeitar primeiro educar depois. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. VEIGA, Ilma Passos Alencastro, (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

Componente Curricular	FUNDAMENTOS EM MATEMÁTICA	Carga Horária	
Ementa	Conceitos básicos da Matemática para Anos Iniciais e noções para Educação Infantil: sistematização dos conhecimentos matemáticos relacionados à aritmética, álgebra, geometria, medidas e de tratamento de informação.	45h	
Bibliografia Básica	D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2012. MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.		
Bibliografia Complementar	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho, (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. LIMA, Elon Lages. A matemática do Ensino Médio: volume 2. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. NACARATO, Adair Mendes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A geometria nas séries iniciais: uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores. São Carlos: EdUFSCar, 2003.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SAIZ, Irma; PARRA, Cecília (Org.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas . Porto Alegre: Artmed, 1996. SKOVSMOSE, Ole. Desafios da reflexão em educação matemática crítica. São Paulo: Papirus, 2008.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS V	Carga Horária	45h
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papirus, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
Bibliografia Complementar	DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. Aprendendo a observar. 3. ed. São Paulo: EDICON, 2015. GATTI, Bernadete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília, DF: Líber Livro, 2012. GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007. GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. Como fazer um projeto de pesquisa. 6. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009. OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.		

Componente Curricular	TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>étnico–raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais.</p> <p>Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares</p>
Bibliografia Básica	<p>BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2012.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, c1999.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GESSER, Verônica; VIRIATO, Edaguimar Orquizas (Org.). Currículo: histórico, teorias, políticas e práticas. Curitiba: CVR, 2014.</p> <p>GOODSON, Ivor F. As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Currículo: debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo: Alice Ribeiro Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; MEYER, Dagmar Estermann;</p> <p>LOURO, Guacira Lopes; VEIGA NETO, Alfredo José da. O currículo nos limiares do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.</p>

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS	Carga Horária	
Ementa	<p>Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências naturais.</p>	90h	
Bibliografia Básica	<p>DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO,</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011</p> <p>FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências. 1. ed. / . São Paulo: UNESP, 1995.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BRYSON, Bill. Breve história de quase tudo. São Paulo: Cia das Letras, 2005.</p> <p>COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas (SP): Autores Associados, 2009.</p> <p>LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Aita Isaia (Org.). Educação ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>MORAES, Roque; RAMOS, Maurivan Guntzel. Construindo o conhecimento: uma abordagem para o ensino de ciências. Porto Alegre: Sagra, c1988.</p>

Componente Curricular	FUNDAMENTOS METODOLOGIA MATEMÁTICA	E EM	Carga Horária	90h
Ementa	Estudo de documentos norteadores para o currículo e Ensino de Matemática nos Anos Iniciais e Educação Infantil. Concepções de conhecimento matemático. Noções das tendências fundamentais em Educação Matemática. Processo de Ensino e de aprendizagem de Matemática: pressupostos teórico-metodológicos e possibilidades educativas para o ensino de matemática. Planejamento e processos avaliativos em Matemática.			
Bibliografia Básica	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho, (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BIEMBENGUT, Maria Salett. Modelagem matemática & implicações no ensino e aprendizagem de matemática. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1999.</p> <p>KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a seis anos. 39. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>LORENZATO, Sérgio (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2010.</p> <p>MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>NACARATO, Adair Mendes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A geometria nas séries iniciais: uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores. São Carlos: EdUFSCar, 2003.</p>

Componente Curricular	ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO II	E	Carga Horária	60h
Ementa	Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.			
Bibliografia Básica	<p>GARCIA, Regina Leite (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo</p>			



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Horizonte: Autêntica, c1998.
Bibliografia Complementar	BALTAR, Marcos. Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012. FERREIRO, Emília; LICHTENSTEIN, Diana Myriam (Trad. et al.). Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. MOLLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. Letramento em EJA. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. SANTOS, Fábio Cardoso dos. Alfabetizar letrando com a literatura infantil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	105h
Ementa	Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	OLIVEIRA, Zilma de (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. OSTETTO, Luciana E. Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. 10. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. SILVA, Nilson Robson Guedes. Estágio supervisionado em pedagogia: teoria e prática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.		
Bibliografia Complementar	AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. Educação Infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora UNESP, 2013. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. MACHADO, Maria Lucia A. (Org.). Encontros e desencontros em		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Educação Infantil. 4.ed.São Paulo: Cortez,2011. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VI	Carga Horária	45
Ementa	Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.		
Bibliografia Básica	FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
Bibliografia Complementar	BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 8. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2012. DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. Aprendendo a observar. 3. ed. São Paulo: EDICON, 2015. GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente	FUNDAMENTOS	E	Carga	90h
Curricular	METODOLOGIA EM HISTÓRIA		Horária	
Ementa	<p>A produção historiográfica contemporânea e o diálogo com o ensino de História. O uso e a problematização de documentos históricos como fundamento da construção do conhecimento histórico escolar. A construção de noções de temporalidades e de processo histórico. O ensino da História na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação de jovens e adultos. A avaliação da aprendizagem no ensino de História. Documentos curriculares oficiais.</p> <p>Práticas curriculares e pedagógicas no ensino da História.</p>			
Bibliografia Básica	<p>MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.</p> <p>PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo. Conecte história: 2. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>			
Bibliografia Complementar	<p>DAMATTA, Roberto. O que é o Brasil? Rio de Janeiro: Rocco. 2004.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 13.ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Papyrus, 2012.</p> <p>GUIMARÃES, Marcella Lopes. Capítulos de história: o trabalho com fontes. Curitiba: Aymarã, 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.</p>			

Componente	FUNDAMENTOS	E	Carga	90h
Curricular	METODOLOGIA	EM	Carga	
	GEOGRAFIA		Horária	
Ementa	<p>O pensamento geográfico e o diálogo com o ensino Geografia. O ensino da Geografia na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação de jovens e adultos. Conceitos e temas da</p>			



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Geografia em sala de aula. Espaço e representação: as diferentes dimensões da cartografia para escolares. Planejamento, seleção e organização de conteúdos da Geografia. Métodos, estratégias e propostas para o ensino da Geografia Escolar. Documentos curriculares oficiais para área de Geografia. Planejamento e avaliação em Geografia.</p> <p>Currículo e práticas pedagógicas em Geografia.</p>
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.</p> <p>MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BOLIGIAN, Levon; BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único. 3. ed. São Paulo: Atual, 2011.</p> <p>CALLAI, Helena C; KAERCHER, Nestor André. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia. Geografia geral: o espaço natural e socioeconômico. 5. ed. reform. e atual. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.</p>

Componente Curricular	EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES, SUJEITOS E PROCESSOS DE INCLUSÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Fundamentos e concepções da Educação Especial. História e Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva e Desenho Universal.
Bibliografia Básica	BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais . 2. ed. Porto Alegre: Meditação, 2006. BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise . Araraguara, SP: Junqueira & Marin, 2008. GOMES, Márcio (Org.). Construindo as trilhas para a inclusão . Petrópolis: Vozes, 2009.
Bibliografia Complementar	KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos . Campinas: Autores Associados, 1999. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais . São Paulo: Scipione, 2001. PACHECO, José; Rósa Eggertsdóttir; Gretar L. Marinósson. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar . Porto Alegre: Artmed, 2007. SRAEL, Vera Lúcia. LEBOYER, Marion. Autismo infantil: fatos e modelos . 6. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2007. MINETTO, Maria de Fátima. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio . 2. ed. rev. atual. e amp. Curitiba: Ibpx, 2008.

Componente Curricular	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (13 exemplares).		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (11 exemplares).</p> <p>FERRETI, Celso João et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 16. ed. Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 2013. p. 151-158. (9 exemplares).</p>
Bibliografia Complementar	<p>CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (1 exemplar).</p> <p>CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). A experiência do trabalho e a Educação Básica. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. (5 exemplares).</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (1 exemplar).</p> <p>SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Ebook).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008. (3 exemplares + Ebook).</p>

Componente Curricular	ESTÁGIO II – EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	90h
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência na Educação Infantil. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	<p>OSTETTO, Luciana E. Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. 10. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012.</p> <p>SILVA, Nilson Robson Guedes. Estágio supervisionado em pedagogia: teoria e prática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.</p> <p>TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; CHAVES, Sandramara Matias; MARIN, Alda Junqueira (Org.) (Org). Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. Educação Infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora UNESP, 2013.</p> <p>FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012.</p> <p>MACHADO, Maria Lucia A. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012.</p> <p>TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2014.</p>
------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

7ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS – VII	Carga Horária	45h
Ementa	Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.		
Bibliografia Básica	<p>BASTOS, Lília da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar	GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. Como fazer um projeto de pesquisa. 6. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 2013.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.</p> <p>SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugno; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2014.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	GESTÃO EDUCACIONAL	Carga Horária	60h
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (13 exemplares). PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. (15 exemplares). SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração e legislação. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2003. (11 exemplares).		
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola. 8. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2012. (3 exemplares). CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. (2		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>exemplares).</p> <p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. (9 exemplares).</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (4 exemplares).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008. (3 exemplares + Ebook).</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA I	Carga Horária	60h
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena). Trajetória da Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena).		
Bibliografia Básica	DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Tópicos em educação especial e inclusiva: formação, pesquisa, escolarização e famílias. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.		
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). A experiência do trabalho e a Educação Básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 62. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2016.</p> <p>KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	LIBRAS	Carga Horária	60h
Ementa	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
Bibliografia Básica	LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.		
Bibliografia Complementar	BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógica. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. CAPOVILLA, Fernando César (Coord.). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2013. 2 v. SKLIAR, Carlos (Org.). Educação & exclusão: abordagens sócioantropológicas em educação especial. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Núria; ARANTES, Valéria Amorim, (Org.). Educação de surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Direitos humanos e formação para a cidadania. Educação como direito fundamental. Educação e diversidade. Marcadores sociais da diferença: gênero e sexualidade. Racismo estrutural. Capacitismo. Educação Inclusiva e legislação. Acesso, inclusão, permanência, êxito. Políticas afirmativas em educação.		
Bibliografia Básica	<p>BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.</p> <p>GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.</p> <p>SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BAUMAN, Zygmunt. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2011.</p> <p>CARVALHO, Ana Paula Comin de. Desigualdades de gênero, raça e etnia. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.</p> <p>FREITAS, Fátima e Silva de. A diversidade cultural como prática na educação. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>GOMES, Márcio (Org.). Construindo as trilhas para a inclusão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	ESTÁGIO III – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Carga Horária	105h
Ementa	Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
Bibliografia Complementar	GENTIL, Heloisa Salles; MICHELS, Maria Helena (Org.). Práticas pedagógicas: política, currículo e espaço escolar. Araraquara: Junqueira&Marin, Brasília, DF: CAPES, 2011. GUARNIERI, Maria Regina (Org.). Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, Araraquara: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SILVA, Nilson Robson Guedes. Estágio supervisionado em pedagogia: teoria e prática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.		

8ª FASE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS – VIII	Carga Horária	45h
Ementa	Finalização e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	<p>BASTOS, Lília da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. Como fazer um projeto de pesquisa. 6. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009.</p> <p>MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. 8. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2013.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012.</p> <p>SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2014.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>

Componente Curricular	MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	Carga Horária	60h
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional Tecnológica). Trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Tecnológica no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional).		
Bibliografia	BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação de jovens e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Básica	<p>adultos: currículo e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CAPUCHO, Vera. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). A experiência do trabalho e a Educação Básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 62. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2016.</p> <p>KUENZER, Acacia Zeneida. Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza (Org.). Práticas de educação de jovens e adultos: complexidades, desafios e propostas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p>

Componente Curricular	TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EDUCACIONAL	Carga Horária	60h
Ementa	Tecnologias de Informação e Comunicação na educação. Estudo teórico-prático e crítico dos recursos computacionais, voltados à educação (internet, multimídias, aplicativos, softwares educacionais, etc). Tecnologias de informação e comunicação como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>FERRETTI, Celso João et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BRUNO, Adriana Rocha; TEIXEIRA, Beatriz de Basto;</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2016.</p> <p>DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.</p> <p>KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. rev. e atual. Campinas (SP): Papirus, 2013</p>

Componente Curricular	GESTÃO ESCOLAR	Carga Horária	75h
Ementa	Processos de organização e gestão da escola. As formas de organização, estruturação e planejamento da/na escola. Planos de Gestão. As funções de gestão nas dimensões administrativa e pedagógica da escola. Projeto Político Pedagógico. Mecanismos de participação e gestão democrática da escola.		
Bibliografia Básica	<p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>LUCK, Heloísa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.</p> <p>LUCK, Heloísa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2013.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.</p>
----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ESTÁGIO IV – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Carga Horária	105h
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Vivências docentes e a organização do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	<p>CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>GENTIL, Heloisa Salles; MICHELS, Maria Helena (Org.). Práticas pedagógicas: política, currículo e espaço escolar. Araraquara: Junqueira&Marin, Brasília, DF: CAPES, 2011.</p> <p>GUARNIERI, Maria Regina (Org.). Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, Araraquara: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.</p> <p>SILVA, Nilson Robson Guedes. Estágio supervisionado em pedagogia: teoria e prática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.</p> <p>TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2014.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Carga Horária	75h
Ementa	Histórico da Educação a Distância (EAD). Novas possibilidades de docência e os sujeitos da EAD. Modelos Pedagógicos para EAD. Processo de ensino-aprendizagem na EAD. Avaliação em EAD.		
Bibliografia Básica	BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância . São Paulo: Editora Penso, 2009. CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Prática pedagógica: aprendizagem e avaliação em educação a distância . Curitiba: IBPEX, 2010. MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada . Editora Cengage, 2015.		
Bibliografia Complementar	FARIA, Adriano Antônio; LOPES, Luís Fernando. O que e o quem da EAD: história e fundamentos . Curitiba: Intersaberes, 2013. KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação . 8. ed. Campinas: Papirus, 2012. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson, 2010. MATTAR, João. Tutoria e interação em educação a distância . Série Educação e Tecnologia. Editora Cengage, 2011. MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 21. ed. rev. e atual. Campinas (SP): Papirus, 2013.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	Carga Horária	75h
Ementa	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia e a atuação em espaços não escolares – a fundamentação legal. O perfil do pedagogo que atua em espaços não escolares. Essência e natureza das atividades educativas em espaços não escolares. Práticas educativas em espaços não escolares. Atuação em espaços não escolares: Pedagogia empresarial, Pedagogia hospitalar, Pedagogia asilar, Pedagogia social, além de outros espaços de interesse.		
Bibliografia Básica	BANAS, Julia C. Bazani. Espaços não escolares: possibilidades de atuação do/a pedagogo/a. Curitiba: CRV, 2022. DA CUNHA, Aline Lemos et al. Pedagogia e ambientes não escolares. Curitiba: Intersaberes, 2012. FARFUS, Daniele. Espaços educativos: um olhar pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2012.		
Bibliografia Complementar	AZEVEDO, Gilson et al. Pedagogia em Espaços Não Escolares. Joinville, SC: Editora Clube de Autores, 2020. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação, Brasília: 2006. LOSS, Adriana S. Para onde vai a Pedagogia? Os desafios da atuação profissional na Pedagogia Hospitalar. Curitiba: Appris, 2014. PIMENTA, Selma Garrido (org.) Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. RIBEIRO, Amélia E. do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 4. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2007.		

Componente Curricular	TÓPICOS EM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	Carga Horária	75h
Ementa	Transtornos do Neurodesenvolvimento. História do Autismo. TEA. O bebê com autismo. Jogo Simbólico no TEA. Educação Infantil e Autismo. Família Atípica. Autismo não verbal. Manejo comportamental.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Introdução ao ABA. Ensino das Habilidades Sociais. Ensino das Habilidades Acadêmicas e pré acadêmicas. Alfabetização. Protocolos de Avaliação.
Bibliografia Básica	BRITES, Luciana; BRITES, Clay. Mentres únicas. São Paulo: Gente, 2019. 191 p. ISBN 9788545203070. DONVAN, John; ZUCKER, Caren. Outra sintonia: a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 659 p. ISBN 9788535929010. SÍLVIA ESTER ORRÚ. Aprendizes com autismo - Aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Editora Vozes 248 249. ISBN 9788532652591.
Bibliografia Complementar	GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. O cérebro autista. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. 251 p. ISBN 9788501103703 (broch.). KASSIANE COSTA. Palmas, pra que te quero? O autismo à luz da maternidade. Editora Labrador 2019 144. ISBN 9786550440077. LIGIA MARIA BUENO PEREIRA BACARIN. Transtorno do espectro autista. Contentus 2020 117. ISBN 9786557452530. MARCO PONTIS. Autismo: o que fazer e o que evitar - Guia rápido para professores do Ensino Fundamental. Editora Vozes 2022 51 p. ISBN 9786557136560. WIDSON DAVI VAZ DE MATOS. APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM AUTISMO: A importância do atendimento educacional especializado. Editora Neurus 2021 25. ISBN 978-65-89474-13-5.

Componente Curricular	LIBRAS E PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM BILÍNGUES	Carga Horária	75h
Ementa	Língua Brasileira de sinais: Estudo teórico e prático relacionado a aquisição, desenvolvimento, uso e compreensão. Educação Bilíngue, Libras como primeira língua (L1) e Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2) na educação de surdos. Estudo de práticas pedagógicas e metodológicas bilíngues no processo de ensino aprendizagem de estudantes surdos.		
Bibliografia Básica	SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CAPOVILLA, Fernando César; Raphael, Walkiria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS: volume 2: artes e cultura, esportes e lazer: como avaliar o desenvolvimento da compreensão de sinais (vocabulário em LIBRAS) de escolares surdos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental. São Paulo: EDUSP, 2004.</p> <p>GESSER, Audrei. 2009. Libras? Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade pública. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.</p> <p>R. ROCHA; J. P. OLIVEIRA e M. R.dos REIS (org.). Surdez, Educação Bilíngue e Libras: perspectivas atuais. Curitiba: CRV, p. 105-122.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.</p>

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM ENSINO RELIGIOSO	Carga Horária	75h
Ementa	Ensino Religioso no contexto histórico da educação brasileira. Tendências pedagógicas do Ensino Religioso. Legislação do Ensino Religioso no Brasil. Aspectos metodológicos do Ensino Religioso na Educação Básica		
Bibliografia Básica	HOLANDA, Ângela; CORRÊA, Rosa; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso: aspecto legal e curricular. São Paulo: Paulinas, 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso. IBPEX: Curitiba, 2008.</p> <p>RODRIGUES, Edile Maria Fracaro e JUNQUEIRA, Sérgio. Fundamentando Pedagogicamente o Ensino Religioso. IBPEX: Curitiba, 2009.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ALVES, Rubem. O que é Religião. São Paulo: Brasiliense. 1998.</p> <p>FIGUEREDO, Anísia de Paulo. Ensino Religioso, Perspectivas pedagógicas. Petrópolis, Vozes, 1994.</p> <p>FÓRUM, NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Parâmetros curriculares Nacionais: Ensino religioso 3. ed.; São Paulo, Ave Maria, 1998.</p> <p>VIESSER, Lizete Carmem. Um Paradigma para o Ensino Religioso. 2. edição. Petrópolis, Vozes 1995.</p> <p>JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>

Componente Curricular	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	75h
Ementa	O surgimento da sociologia. A construção do pensamento sociológico clássico e a educação. A educação e a escola diante das desigualdades sociais (econômica, étnico racial, gênero). O papel da escola nos processos de inclusão social e as ações afirmativas. As transformações no mundo do trabalho e os desafios da educação.		
Bibliografia Básica	<p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 110 p. (370.1 M392t)</p> <p>MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 126 p. (338.4737 M586e)</p> <p>RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 130 p. (370.19 R696s)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 279 p. (370.19 B769e)</p> <p>BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6 ed. Petrópolis: F.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Alves, 2013. 275 p. (370.19 B769r)</p> <p>ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Escala Educacional, 2009. 167 p. (301.7 E575o)</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 245 p. (374.012 F866ped)</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 93 p. (370.115 S267e)</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Quadro 10 – Descrição do Corpo Docente

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail / Link Curriculum Lattes	Telefone institucional
Adriana Marin	1467766	DE	Mestrado em Física	adriana.marin@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/8964042905093737	(47) 3525 - 8600
Anderson Marcos da Silva	3361283	20	Doutor em Artes Cênicas	anderson.silva@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/2688759750444805	(47) 3525 - 8600
Angelisa Benetti Clebsch	1754012	DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	angelisa.clebsch@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/7011871290957566	(47) 3525 - 8600
Bruna Donato Reche	2333962	DE	Doutorado em Educação	bruna.reche@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/3592906231500388	47) 3525 - 8600
Bruna Maria Silva Silvério	2263680	DE	Doutorado em Estudos de Linguagem	bruna.silverio@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/5753567449505171	(47) 3525 - 8600
Emanuele Cristina Siebert	1810926	DE	Doutorado em Educação Artística	emanuele.siebert@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/4124769443889814	(47) 3525 - 8600
Fábio Alexandrini	1757999	DE	Doutorado em Engenharia de Produção e sistemas: Inteligência Aplicada	fabio.alexandrini@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/0827893111042699	(47) 3525 - 8600



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Flávia Caraiba de Castro	1166820	DE	Mestrado em Educação Científica e Tecnológica	flavia.castro@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/9937264400127424	(47) 3525 - 8600
Francisléia Giacobbo dos Santos	2336610	DE	Mestrado em Educação	francisleia.santos@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/9351471328877928	(47) 3525 - 8600
Marcos Rohling	2206139	DE	Doutorado em Educação	marcos.rohling@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/5409802568530188	(47) 3525 - 8600
Marines Dias Gonçalves	1755330	DE	Mestrado em Educação	marines.goncalves@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/5409802568530188	(47) 3525- 8600
Moacir Gubert Tavares	2332708	DE	Doutorado em Educação	moacir.tavares@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/4632925979334196	(47) 3525- 8600
Nakita Ani Guckert Marquez	2333705	DE	Doutorado em Educação	nakita.marquez@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/0074379204461210	(47) 3525- 8600
Patrícia da Costa Sabino	1028296	DE	Mestrado em Educação	patricia.sabino@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/8362880416367477	(47) 3525- 8600
Rafael Bernardo Silveira	1071960	DE	Doutorado em Geografia	rafael.silveira@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/5323386686334190	(47) 3525 - 8600
Rogério Sousa Pires	2253759	DE	Doutorado em Educação	rogerio.pires@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/4795198266029459	(47) 3525- 8600
Tatiana Pires Escobar	2333710	DE	Doutorado em Educação	tatiana.escobar@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/2202388421946832	(47) 3525 - 8600
Solange Aparecida de Oliveira Hoeller	1843283	DE	Doutorado em Educação	solange.hoeller@ifc.edu.br http://lattes.cnpq.br/6507966351170581	(47) 3525- 8600

10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso, apresentam-se as seguintes orientações e atribuições:

Art. 80 A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no caput deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

Art. 83 São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

IV - subsidiar a gestão do Campus no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;

XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;

XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;

XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;

XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC apresentam-se as seguintes



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

orientações e atribuições ao NDE:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação stricto sensu.

§ 3º Os campi têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do Campus, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:

- I - convocar os membros;
- II - presidir e garantir o registro das reuniões;
- III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;
- IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;
- V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

10.4 COLEGIADO DE CURSO

A Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, apresenta as seguintes orientações e atribuições ao Colegiado:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC. § 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

- I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;
- II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;
- III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;
- IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);
- V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;

§ 1º Os campi têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do Campus, explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:

- I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;
- VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do Campus que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;
- VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.
- VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;
- IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;
- Art. 91** Compete ao Presidente do Colegiado:
- I - dar posse aos membros do Colegiado;
- II - convocar e presidir as reuniões;
- III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;
- IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;
- V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;
- VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;
- VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;
- IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
- X - decidir as questões de ordem;
- XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;
- XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;
- XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

Quadro 11 – Técnicos administrativos

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Adriano Becker	1602832	Assistente em Administração	Mestre em Gestão de Políticas Públicas	adriano.becker@ifc.edu.br
Aline Tomazia Seemann	2011849	Auxiliar em Administração	Graduação em Administração em RH	aline.seemann@ifc.edu.br
Ana Gabriella Barros de Lima	2156387	Psicólogo	Especialista Neuropsicologia Especialização em Gênero e Diversidade na Escola	ana.lima@ifc.edu.br
Ana Paula Fassina	2133161	Tecnólogo em RH	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	ana.fassina@ifc.edu.br
André Munzlinger	1786379	Jornalista	Doutorado em Administração	andre.munzlinger@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Antonio Marcos Alves	2376870	Assistente de Laboratório	Ensino Médio	antonio.alves@ifc.edu.br
Carlos Leovegildo Kjellim	1607729	Assistente de Administração	Especialista em Administração Estratégica	carlos.kjellim@ifc.edu.br
Caroline da Rosa Ferreira Becker	1455442	Bibliotecária	Mestre em Ciências da Educação	caroline.becker@ifc.edu.br
Clóvis Cristiano Brignoli	1102092	Técnico de Tecn. da Informação	Mestre em Administração	clovis.brignoli@ifc.edu.br
Daniel Costa Pittaluga	1786502	Assistente em Administração	Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	daniel.pittaluga@ifc.edu.br
Daniel Fachini	1756016	Assistente em Administração	Mestrado em Educação	daniel.fachini@ifc.edu.br
Dominique Calixto Martins	2926969	Tradutor Interprete	Especialização em Libras	dominique.martins@ifc.edu.br
Eurico da Palma Pittaluga Neto	1215014	Tecnólogo em Cooperativismo	Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos	eurico.pitalunga@ifc.edu.br
Fabiano Francisco Maciel Guimarães	1671422	Analista de Tecnol. da Informação	Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	fabiano.guimaraes@ifc.edu.br
Jailson Sulmar Ferreira	1109434	Padeiro	Especialista em Tecnologia em em Segurança do trabalho	jailson.ferreira@ifc.edu.br
Jonas Felácio Junior	2134469	Auxiliar de Biblioteca	Especialista Historia Cultural e Patrimônio	jonas.felacio@ifc.edu.br
Kátia Margareth Anami Segundo	1101827	Assistente em Administração	Mestre Administração	katia.segundo@ifc.edu.br
Laércio de Souza	1837579	Pedagogo Supervisão Educacional	Doutorado em Desenvolvimento Regional Mestre Desenvolvimento Regional	laercio.souza@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Leonardo José Antunes	2136323	Assistente em Administração	Especialista em Direito Administrativo	leonardo.antunes@ifc.edu.br
Marcos Cezar Franzão	1452878	Técnico em Agropecuária	Mestrado Educação Agrícola	marcos.franzao@ifc.edu.br
Maria Lenir Stüpp	1786838	Pedagogo Supervisão Educacional	Mestrado em Educação	maria.stupp@ifc.edu.br
Maurício Machado	1109435	Auxiliar em Eletricidade	Mestrado em Educação Especialização em Gestão de Custos	mauricio.machado@ifc.edu.br
Mylene Hafemann	1102086	Telefonista	Ensino Médio Técnico em Laboratório	mylene.hafemann@ifc.edu.br
Nádia Machado	1203744	Assistente em Administração	Mestre Administração	nadia.machado@ifc.edu.br
Neiva Hoepfers de Araújo	2134718	Pedagogo Orientação Educacional	Especialista Alfabetização	neiva.araujo@ifc.edu.br
Rosângela D. Garzo Schneider	1207933	Cozinheira	Ensino Médio Técnico	rosangela.schneider@ifc.edu.br
Ruan Carlo Borges Montibeller	2804460	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduação em Ciência da Computação	ruan.montibeller@ifc.edu.br
Rogério Krause	1523080	Assistente em Administração	Mestrado em Administração	rogerio.krause@ifc.edu.br
Sandra Letícia Graf Ferreira	1586445	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização Admin Escolar	sandra.ferreira@ifc.edu.br
Sarita Martins Camina Reinicke	1756637	Nutricionista	Mestre Saúde Coletiva	sarita.reinicke@ifc.edu.br
Tamiris Possamai	2154714	Assistente em Administração	Mestrado em Educação Graduação em Direito	tamiris.possamai@ifc.edu.br
Thisa Barcellos Benfatto	2223665	Enfermeira	Graduada em Enfermagem	thisa.benfatto@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

O PDI do IFC menciona que os recursos humanos fazem parte de estratégias de organizações, com conhecimentos, especialidades, competências, habilidades e atitudes. Neste sentido, a instituição possui políticas de capacitação visando o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do IFC por meio incentivos ligados à legislação vigente como:

afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu*, por meio do qual o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país ou no exterior; horário especial para servidor estudante, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu*, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da Lei nº 8.112/90; licença para capacitação, por meio da qual, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; ações para aperfeiçoamento (curta duração), as quais acontecem a partir da autorização de afastamento do servidor para congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Programa Institucional de Qualificação de Servidores – PIQIFC, em que os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*; Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores por meio de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado. O IFC desenvolve também ações internas que promovem intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da Reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e TAEs; ações para a preparação para aposentadoria; e eventos, tais como Semana da Saúde e Segurança de Trabalho, Semana da Mulher, Pausa com a Gestão, entre outros. (IFC, 2019, p. 103-104).

11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

A infraestrutura física disponível para o curso está em acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010). Os equipamentos, laboratórios e recursos disponíveis na Unidade Urbana do IFC estão descritos nos quadros abaixo, e poderão ser utilizados por todos os alunos dos cursos oferecidos pela Instituição, conforme quadro a seguir, as instalações físicas disponíveis.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quadro 12 – Estrutura pedagógica geral disponível no Campus Rio do Sul – Unidade Urbana

Instalação	Quantidade	Capacidade (Pessoas/Sala)
Setores administrativos (coordenação, telefonista, TI)	3	3/1/4
Sala das coordenações de curso	1	8
Gabinetes dos professores	17	2/3
Copa para os servidores	1	7
Serviços gerais	1	1
Ambientes de convivência (térreo, corredores, refeitório)	2	---
NAPNE/AEE/Psicologia e Serviço Social	1	5
DEPE	1	6
Ambulatório	1	4
Auditório	1	270
Mini-auditório	1	57
Centro acadêmico	1	24
Secretaria	1	3
Reprografia	1	2
Biblioteca	1	50 usuários por turno
CECOM	1	5
Estúdio de gravação	1	4
Salas de aula	10	52/65/47/45/47/4 6/38/46/50/49
Sala do PIBID e Residência Pedagógica	1	40
Brinquedoteca: “Cem Linguagens...”	1	25
Laboratório Pedagógico – LAPED	1	44
Laboratório de Física	1	18
Laboratório de Ensino de Física	1	18
Laboratório de Educação Matemática	1	26
Laboratórios de Informática	5	20/18/18/20/20
Incubadora	1	18
Laboratório de Libras	1	4
Laboratório de Desenho Técnico	1	40

Também como recursos didático-pedagógicos, compartilhados pelos cursos ofertados na Unidade Urbana do IFC Rio do Sul, estão os descritos na próxima quadro:

Quadro 13 – Recursos didático-pedagógicos disponíveis no Campus Rio do Sul, Unidade Urbana

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Microcomputadores	70
Projetor Multimídia	24
Impressoras	10
Pontos de Acesso à rede de internet para acadêmicos	5

11.1 BIBLIOTECA

A biblioteca do IFC *Campus* Rio do Sul Unidade Urbana objetiva oferecer capacitação e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

informação às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no *Campus*, por meio da disponibilização de material bibliográfico e da realização de ações e projetos envolvendo discentes, servidores (docentes e técnico-administrativos) e comunidade.

A biblioteca possui 40 m² de espaço físico, dispõe do acervo bibliográfico com 10.167 exemplares; balcão de atendimento; área de estudo coletivo que possui 4 mesas com assentos para um total de 16 alunos, 8 mesas com assento para o uso individual do usuário, 2 sofás; sala de processamento técnico e da bibliotecária com 2 mesas e 4 assentos e guarda-volumes. Também possui no ambiente sistema de segurança eletromagnética, 4 climatizadores de ar, 3 computadores administrativos e 1 impressora para uso interno.

A biblioteca disponibiliza 4 computadores para acesso do usuário ao Portal de Periódicos CAPES, ao Software de bibliotecas *Pergamum*, à Internet e à digitação de trabalhos, rede *wireless* (a qual permite aos usuários conectarem a internet utilizando dispositivos próprios, tais como, *notebooks*, *tablets* ou *smartphones*). O *Pergamum* permite consulta *online* ao acervo da biblioteca, renovação dos livros emprestados, levantamentos bibliográficos do acervo, solicitação de empréstimo entre as 17 bibliotecas do IFC (que oportuniza ao aluno o acesso a um total de 18.5910 exemplares dos 17 acervos).

O acervo bibliográfico físico disponível nas dependências da biblioteca do IFC está tombado e informatizado podendo ser consultado via software *Pergamum* usado para gerenciar o acervo e os demais serviços administrativos referentes ao mesmo, tais como: cadastro de usuários, gerenciamento de empréstimos, devoluções, renovações, empréstimo entre bibliotecas, entre outros. A biblioteca disponibiliza por meio de assinatura o acesso a 100 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), integradas ao software *Pergamum*, disponíveis *online* em texto integral, podendo ser acessadas, inclusive fora do IFC. Também estão disponíveis via software *Pergamum* Repositórios Nacionais e Internacionais de Universidades que publicam conteúdo para consulta e *download* em acesso aberto. Estes acervos virtuais possuem contrato em nome do IFC, que tem a garantia dos fornecedores para acesso através da internet com *login* e senha a todos alunos, técnicos e docentes 24 horas por dia, 7 dias por semana.

No quesito periódico a Biblioteca é assinante do Portal de Periódicos da CAPES, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa do Brasil publicações nacionais e internacionais. Ele conta com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Além dos Portais de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Periódicos de Acesso Aberto (*Open Access*) das principais instituições, tais como: UNICAMP, UFMG, USP e UFSC. Dentre eles, por exemplo, temos acesso à *Scientific Electronic Library Online – Scielo*. É uma biblioteca eletrônica que abrange coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, de acesso aberto, com o objetivo de aumentar a sua visibilidade, acessibilidade, uso e impacto. Os milhares de artigos possuem texto integral para consulta.

A biblioteca oferece ações para formação educacional e cultural dos usuários, por meio da realização anual da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, do Concurso Literário, do Clube do Livro. Além destas ações, a biblioteca oferece também Cursos e Capacitações diversas, tais como: Portal de Periódicos CAPES, *Software Pergamum*, Contação de histórias, Fontes de Informação e Visita Orientada à Biblioteca. Bimestralmente são feitas exposições no *hall* da biblioteca, com temas variados, do calendário nacional, entre outros.

O setor oferece os seguintes serviços:

- Atendimento online via chat durante o horário de funcionamento do setor: (recurso implantado no site da biblioteca durante a pandemia do covid-19).
- Atendimento via e-mail: retorno às solicitações realizadas via e-mail.
- Capacitação aos Usuários: uso das normas da ABNT; desvendando o Portal de Periódicos Capes; A biblioteca e suas possibilidades de acesso à informação: descobrindo os Livros Físicos e Digitais do IFC; Fontes de Pesquisa.
- Devolução de Materiais: é considerada data de devolução efetiva no momento da entrega do material no balcão de atendimento.
- Emissão da Declaração de Nada Consta: Declaração emitida, que atesta a regularidade do usuário junto ao setor (Estudantes que desejam realizar a transferência e estão em fase de conclusão do curso devem encaminhar a RACI a Declaração de Nada Consta;
- Servidores que desejam solicitar afastamento (transferência / licença capacitação) devem apresentar a Declaração de Nada Consta a CGP do Campus).
- Emissão de GRU (Guia de Recolhimento da União): para os usuários que possuem multa, por devolução de material em atraso, possam regularizar sua situação junto ao setor. E após apresentação do comprovante de pagamento, baixa no sistema *pergamum* do débito, no balcão de atendimento ou online pelo e-mail da biblioteca.
- Empréstimo Domiciliar: que mediante vínculo com a instituição através da matrícula em algum curso o usuário poderá levar até 23 livros, com prazo de devolução para 14 dias.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Empréstimo entre Bibliotecas: Serviço que possibilita ao usuário solicitar material disponível em outra biblioteca. Pode ser realizado pela Internet, ou via balcão de atendimento.
- Renovação: Serviço oferecido ao usuário que possui material emprestado e quer renová-lo por igual período. Pode ser realizado pela Internet, ou via balcão de atendimento desde que não tenha vencido o prazo de devolução e este não tenha reserva.
- Reserva: Serviço utilizado quando o usuário identifica que todos os exemplares do material desejado vinculados a sua biblioteca estão emprestados. Pode ser realizado pela Internet ou no balcão de atendimento, este material ficará na reserva por 48 horas, a partir da liberação.
- Orientação sobre o uso e funcionamento do Sistema Pergamum: consulta ao acervo (orientação aos usuários sobre como realizar a pesquisa dos materiais disponíveis no acervo que compõem as 17 bibliotecas do IFC).
- Incentivo à Leitura.
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca: são realizadas atividades todos os anos em outubro durante a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca no Brasil, conforme o Decreto nº 84.631, de 9 de abril de 1980.
- Visitas Orientadas: realizadas com prévio agendamento na biblioteca.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quadro 14 – Estatística de Acervos / Exemplares por Classificação CNPQ - Biblioteca - Campus Rio do Sul – Unidade Urbana.

Área de conhecimento	Acervos	Material Adicional	Folhetos (títulos)	Teses (títulos)	Periódicos (títulos)	CD-Rom (títulos)	Obras em Braille (títulos)	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	982	172	0	1	13	0	0	3756
Ciências Biológicas	16	5	0	0	0	0	0	44
Engenharia	20	0	0	0	0	0	0	56
Ciências da Saúde	22	0	0	0	0	0	0	33
Ciências Agrárias	01	0	0	0	0	0	0	02
Ciências Sociais Aplicadas	345	8	2	1	4	0	0	919
Ciências Humanas	1067	23	0	1	20	1	0	2911
Linguística, Letras e Artes	1279	43	0	0	1	1	1	2048
Total	3732	251	2	3	38	2	1	9769

Fonte: Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, 2022.

Com relação aos periódicos nacionais e internacionais das Ciências Humanas, estão disponibilizados por meio das bases de dados (SCIELO e Portal de Periódicos da CAPES) já mencionados, nos quais os acadêmicos podem acessar e fazer *downloads* de artigos na íntegra. Destaca-se quanto as bibliografias indicadas nos componentes curriculares – básicas e complementares – que a biblioteca possui os títulos e número de exemplares, em acordo com as normativas legais, institucionais, atendendo as necessidades do Curso.

11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS

O curso de Pedagogia do IFC – Campus Rio do Sul dispõe de uma brinquedoteca e de laboratório de práticas pedagógicas que atende estudantes e professores em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão.

A Brinquedoteca: “Cem Linguagens”: A Brinquedoteca (exigência do MEC/SINAES para a avaliação do curso) está localizada no espaço do final do corredor do terceiro andar, fazendo integração com a sala 308 da Unidade Urbana, local destinado ao Laboratório Pedagógico (LAPED).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A Brinquedoteca é compreendida na concepção mais ampla do significado do brincar para as crianças, sobretudo, nos espaços institucionalizados para este fim. Atualmente, as crianças começam a frequentar cada vez mais cedo as instituições educativas, como as creches e as escolas de Educação Infantil. Nestes espaços, o brincar, muitas vezes, é desvalorizado em relação a outras atividades, consideradas mais produtivas. A brincadeira acaba por ocupar o tempo da espera pelos pais, do intervalo, quando sobra tempo, etc. Valorizar a brincadeira não é apenas permiti-la, é suscita-la.

Destacamos que o espaço da Brinquedoteca, para além de um cumprimento legal, pretende se estabelecer por meio do ensino/pesquisa/extensão, considerando três demarcações e ações pertinentes: 1) a Brinquedoteca como espaço de formação inicial (graduandos) e continuada (profissionais do magistério da comunidade); 2) a Brinquedoteca como espaço de interação: docentes e demais servidores do Campus; acadêmicos/professores da comunidade/crianças, dentre outros; 3) a Brinquedoteca como espaço de captação de recursos: para estágios / PCCs / oficinas para os acadêmicos, monitorias.

O LAPED – Laboratório Pedagógico: indicado para interações, ensino e aprendizagem, visa oportunizar vivências significativas aos acadêmicos e docentes do curso de Pedagogia, bem como ao público externo, na perspectiva de participação e interatividade, buscando conciliar teoria e prática, nos processos de ensino e de aprendizagem.

A dinâmica e uso do espaço do LAPED estarão relacionados aos componentes curriculares do curso, oportunizando a diversidade e a articulação de propostas à comunidade acadêmica. Também salienta-se que será possível, estender à oferta do espaço às demais licenciaturas do Campus, cursos de qualificação profissional, cursos de pós-graduação e extensão.

Outra possibilidade de uso do LAPED, refere-se ao recebimento e acolhimento de estudantes da Educação Básica, principalmente, da Educação Infantil e anos iniciais, para participarem de atividades propostas pelos docentes e/ou acadêmicos do Curso de Pedagogia.

Com intuito de contemplar distintas dimensões, por meio do curso de Pedagogia (responsabilidade social, dimensão acadêmica e institucional), o LAPED pretende desenvolver projetos sociais, multiculturais e de formação humanística, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. O LAPED é um espaço no qual se pretende discutir, refletir e propor acerca de diversas metodologias, teorias, práticas, epistemologias, que enfatizem temáticas que envolvam aspectos éticos e estéticos, vinculadas às necessidades docentes e discentes, bem como ações interventivas de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

cunho multicultural e de respeito à diversidade humana – princípios fundamentais previsto no PPC de Pedagogia do Campus Rio do Sul.

Para tanto, está disponível projetos pedagógicos ou de ensino, atividades, eventos, palestras e oficinas, no âmbito da pesquisa e da extensão, potencializando o uso do espaço, contemplando atividades pedagógicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, tais como: planejamento das práticas como componente curricular, do estágio supervisionado, assim como o desenvolvimento de eventos, palestras e oficinas. Tudo isso na intenção de potencializar o uso do espaço e a construção da profissionalidade docente no que tange aspectos da formação e atuação do professor ao se considerar as dimensões teórica, técnica, reflexiva e crítica da profissão docente.

Estes espaços possuem Regulamentos próprios, aprovados pelo Colegiado do Curso, bem como há nos locais painéis com informação sobre a concepção dos espaços e as normas de uso.

Além desses espaços a Unidade urbana dispõe para uso de servidores e estudantes:

Espaço de trabalho para docentes em tempo integral: O Campus Rio do Sul disponibiliza salas de trabalho para os docentes, sendo a maioria delas para uso em duplas. Nestes espaços, cada docente pode planejar as atividades de aula, realizar estudos e pesquisas, atender e orientar alunos.

Todas as salas de trabalho individual têm mesas de trabalho, armários ou gaveteiros nos quais o docente possa armazenar seus materiais, ar condicionado, impressora coletiva, acesso à internet e oferecem condições adequadas de trabalho. As salas de trabalho dos docentes se situam no último piso (4º andar) e estão próximas umas das outras, favorecendo o contato e a troca de informações e experiências entre os professores.

Espaço de trabalho para o Coordenador do Curso: Além do seu gabinete de docente, a coordenação do curso de Pedagogia tem uma sala coletiva com outros coordenadores de cursos o que favorece as ações conjuntas entre os cursos. Vale ressaltar que os espaços são individualizados: com armário e arquivo reservados para armazenar os documentos do curso, computador individual, impressora coletiva, ar condicionado, acesso à internet, mesa de trabalho e cadeiras, permitindo o atendimento para as situações cotidianas. Anexa ao espaço das coordenações de curso, tem-se a sala privada para reuniões e atendimentos individualizados aos docentes/discentes/servidores, quando as situações assim o exigirem.

Está localizada no último piso (4º andar) da Unidade Urbana do *Campus* Rio do Sul, de fácil acesso para professores e estudantes. Localiza-se próxima às salas de trabalho individual dos docentes, o que facilita o contato com os mesmos. Assim como as demais salas oferece condições



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

adequadas de trabalho.

Salas de aulas: O curso de Pedagogia funciona em quatro salas de aulas (305, 306, 307, 308), no 3º da Unidade Urbana do Campus Rio do Sul, sendo uma delas o Laboratório de aprendizagem, conforme descrito abaixo). Cada uma delas comporta o número de vagas ofertadas ao curso de Pedagogia (40 vagas) e se localizam próximas, facilitando o convívio e integração entre turmas e estudantes. O acesso às pessoas com mobilidade reduzida é garantido por 2 elevadores e as portas das salas permitem o acesso de cadeiras de rodas. Todas as salas contam com ar condicionado, internet e instalações que permitem facilmente a instalação de equipamentos multimídia. Destaca-se como espaço pedagógico a Brinquedoteca: “Cem Linguagens”. A Brinquedoteca: Cem Linguagens (exigência do MEC/SINAES para a avaliação do curso) está localizada no espaço do final do corredor do terceiro andar, fazendo integração com a sala 308 da Unidade Urbana, local destinado ao Laboratório Pedagógico (LAPED).

Acesso pelos estudantes a equipamentos de informática: a Unidade Urbana conta com cinco laboratórios de informática, todos acessíveis aos estudantes, além de ter computadores instalados na Biblioteca e em áreas livres (corredores) para consultas e pesquisas. Os estudantes podem ainda trazer seus equipamentos de informática e utilizar no Campus, beneficiando-se para isso, da rede *wifi*, bem como utilizar os computadores presentes no laboratório próprio do Curso de Pedagogia – *Campus* Rio do Sul: LAPED – Laboratório Pedagógico: interações, ensino e aprendizagem.

11.3 ACESSIBILIDADE

No Instituto Federal Catarinense estão sendo desenvolvidas ações para promover o acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Em consonância com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o Decreto 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

No âmbito do Instituto Federal Catarinense *Campus* Rio do Sul, podemos elencar algumas informações relevantes quanto ao acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

reduzida. A partir da portaria do MEC/SETEC nº 151 de 11 de julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação TEC NEP – Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído através da portaria Nº 200/05 de 28 de setembro de 2005 o NAPNE (Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas) da então Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, hoje Instituto Federal Catarinense.

O NAPNE do IFC – *Campus* Rio do Sul possui como uma de suas principais competências o fato de articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre algumas das atividades ligadas ao acesso e apoio às pessoas com deficiência, pode-se elencar:

- sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo de inclusão; levantamento por meio de um CHECK LIST com 101 itens, de toda a estrutura física e barreiras arquitetônicas no Instituto; encaminhamento para a direção geral de um relatório demonstrativo da acessibilidade no Instituto, para que sejam tomadas as medidas necessárias a atender às exigências da ABNT 9050. Dentre as atividades também estão: participação em curso de especialização a Distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva; encaminhamento de projeto para a implantação da infraestrutura de acessibilidade das pessoas com deficiência; solicitação de equipamentos e recursos materiais para adaptação de material didático-pedagógico e estruturação de sala multifuncional de modo a atender alunos cegos, com visão subnormal e Surdos, nas suas especificidades; aquisição de software leitor de tela a ser utilizado pelos alunos com diagnóstico de baixa visão; valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo.
- Ao longo dos anos as ações do NAPNE tem se consolidado através da realização de projetos de extensão tais como: projeto de extensão da Equoterapia em convênio com a APAE, Laboratório de Produção de Recursos Pedagógicos Acessíveis a Estudantes com Deficiência Visual na Área de Física e Matemática, Acampamento de Surdos; Ensino de Xadrez para Estudantes com Deficiência Visual, com concessão de bolsas para os acadêmicos das licenciaturas e socialização de trabalhos em eventos. Também estão sendo ofertados cursos de libras em nível básico e intermediário.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- As diversas ações do NAPNE relacionadas à acessibilidade e a inclusão, bem como as adequações na infraestrutura são exemplares para os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Física e complementam as atividades de ensino das disciplinas Educação Inclusiva e Libras. Os projetos de extensão e convênios do NAPNE são espaços que estão sendo explorados para a realização das atividades de Prática como Componente Curricular das disciplinas, além de integrar ensino, pesquisa e extensão.
- Além do NAPNE, o IFC Rio do Sul oferece aos estudantes Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente no contraturno das atividades didáticas e pedagógicas dos cursos nos quais os estudantes estão matriculados. O AEE prioriza o público da Educação Especial, conforme previsto na LDB 9394/96 e compreende o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. A equipe do AEE no *Campus* é composta por uma Pedagoga, uma Psicóloga e por uma Professora de Educação Especial.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar: a instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência; o prédio da Unidade Urbana possui sanitários acessíveis no segundo, terceiro e quarto andar, bem como um elevador que possui internamente uma sinalização tátil realizada através de Braille e som que indica o andar, facilitando a circulação de pessoas com necessidades especiais.

Entende-se que a acessibilidade do Instituto Federal Catarinense *Campus* Rio do Sul acontece também por meio das estruturas físicas e espaços adaptados. No acesso à instituição há estacionamento reservado para pessoas com deficiência e calçadas adequadas.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

11.4 REMATRÍCULA E AJUSTE DE MATRÍCULA

Na Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021), para a rematrícula e ajuste de matrícula está previsto:

Art. 369 Nos cursos com regime de matrícula por componente curricular, a rematrícula é efetuada no período estabelecido no Calendário Acadêmico e corresponde à possibilidade de o estudante solicitar matrícula em substituição a eventuais componentes curriculares indeferidos em período anterior, ou efetivá-la, caso não a tenha feito no período de matrícula.

Art. 370 Nos cursos com regime de matrícula por componente curricular, o ajuste de matrícula, realizada pela RACI, consiste em incluir ou excluir matrículas em componentes curriculares, a pedido do estudante, com orientação e deferimento da Coordenação de Curso para que este verifique, dentre outros itens, o cumprimento de pré-requisitos e choque de horários, após o período destinado à matrícula e a rematrícula, em datas definidas no Calendário Acadêmico.

Parágrafo único. Cabe ao estudante decidir sobre a conveniência do ajuste de matrícula, levando em conta que são registradas faltas nas aulas ocorridas até o dia da efetivação da matrícula e que não se prevê a reposição do conteúdo e das avaliações já ministradas.

Art. 371 Aplicam-se à rematrícula e ajuste de matrícula as mesmas disposições relativas à matrícula, no que couber.

Quanto à conveniência do ajuste de matrícula pelo estudante – levando em consideração que são registradas faltas nas aulas ocorridas até o dia da efetivação da matrícula e também que o estudante não poderá ultrapassar o limite de 25% de ausência às aulas –, caso na data da matrícula já se tenha ministrado acima do percentual de 25% da carga horária do componente requerido, o pedido será indeferido pela Coordenação do Curso, pois o estudante já estará reprovado automaticamente por não atingir o mínimo de frequência exigida: 75%



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro PPC data do ano de 2016, quando da abertura do Curso. Em 2017, inicia-se um novo projeto, a partir da determinação da Reitoria do IFC, em atender à legislação nacional – Resolução nº 02/2015 (BRASIL, 2015). Em 2021, realizou-se a avaliação quadrienal do Projeto Pedagógico de 2017, na forma de encontros realizados entre os cursos de mesma nomenclatura e também nas discussões do *IV Fórum de Formação de Professores do IFC*. As discussões realizadas pelos cursos foram apresentadas na *Mesa de avaliação da Política de Formação de Professores do IFC e Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura* e, na sequência dos trabalhos, em 2022, procedeu-se na revisão do PPC, que se materializa neste documento. O protocolo junto à Reitoria (PROEN) do IFC, deu pelo processo de n. 23353.001672/2018-75.

Este PPC foi aprovado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia do IFC – *Campus Rio do Sul* e também pelas instâncias institucionais, sob as exigências de seus trâmites. O presente PPC expressa as concepções epistemológicas, tanto teóricas quanto metodológicas, demarcando aspectos subsidiados por referenciais das áreas das Ciências Humanas, da legislação pertinente – nacional e institucional – para a formação do pedagogo.

Este documento esclarece que o curso de Pedagogia do IFC – *Campus Rio do Sul*, visa garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal. Também assinala o objetivo central do Curso que é formar professores para exercer funções no magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal (Magistério), na Educação Profissionalizante, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Em suas concepções, este PPC enfatiza que pretende que os egressos do Curso sejam capazes de desenvolver posturas éticas e críticas necessárias para a formação da identidade profissional, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem. Que possam estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de seus próprios caminhos e ressignificações de suas práticas educacionais, voltados às demandas sociais, identificando problemas socioculturais e educacionais, locais e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

regionais, e propondo encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para superar a exclusão social.

O PPC apresenta como compreende a essencial relação e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, em consonância com o perfil dos egressos, propõe uma organização curricular, elencando os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos, intencionando à interdisciplinaridade. Nesta direção e nestes balizadores da ação pedagógica, o ensino, a pesquisa e a extensão são norteadores do processo formativo dos estudantes. O PPC expõe sua concepção de currículo e detalha a organização curricular para o Curso, em quatro núcleos formativos: Núcleo de Formação Geral (Núcleo I); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional (Núcleo II); Núcleo de Prática Pedagógica (Núcleo III); Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo IV).

Este PPC subsidia as ações do Curso, tanto para discentes e docentes, bem como para a Coordenação do Curso, NDE e Colegiado. Este documento trata-se da revisão da versão do PPC de 2017 e estará em vigência a partir do ano de 2023. Observa-se que, enquanto processo dinâmico, este PPC está e estará, continuamente, em reelaboração e ou revisão pelo NDE do Curso, em discussão com os demais docentes que atuam no mesmo e com o Colegiado, considerando, ainda as exigências legais e institucionais e demandas contemporâneas na área da educação e na sociedade para a formação do pedagogo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 5/2005** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 3/2006** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 9, de 05 de dezembro de 2007. Trata da Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica. Brasília, Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 2, de 09 de junho de 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13, Brasília, 25 jun. 2015a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 8-12, Brasília, 2 jul. 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**

Presencial e a Distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília:

INEP/MEC, 2017. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%2018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

Acesso em 28 de abr. de 2022.

DEMO, P. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1998.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança:** a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre/ RS: Penso, 2015

GRAMSCI, A. A Universidade Popular. In: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. v. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976. p. 103-106.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Projeto Político-Pedagógico Institucional-PPI**.

Blumenau: Instituto Federal Catarinense, maio, 2009.



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013.** Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Pesquisa Institucional IFC – Censo Interno – data de referência 31/12/2014.** Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Catarinense. Conselho Superior. **Resolução nº069, de 30 de outubro de 2014.** Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Blumenau, 2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Catarinense. Conselho Superior. **Resolução nº 033 de 01 de julho de 2019.** Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Catarinense. Conselho Superior. **Resolução nº14 de 26 de março de 2019.** Dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Monitoria do IFC.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023.** Blumenau, 2019. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper (IFC, 2021) dos Cursos do IFC:** Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022 IFC/Consuper. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC).** Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Catarinense. Conselho Superior. **Resolução nº 51 de 15 de dezembro de 2022.** Dispõe sobre a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: Inep, 2009.



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

- INEP. **Censo da Educação Básica 2021**: notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2022a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

- INEP. **Resumo técnico do estado de Santa Catarina**: censo escolar da Educação Básica 2021.

Brasília: INEP/MEC, 2022b.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-68, maio/ago. 2002.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024** – versão preliminar. Florianópolis, 2014.

SILVA, Sidinei Pithan da; GREZZANA, José Francisco. Pesquisa como princípio educativo. Curitiba: Ibepex, 2009

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

